



Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Varginha/MG

INPREV

AVALIAÇÃO ATUARIAL

data base: 30/11/2016

data da avaliação: 31/12/2016

Varginha
01/02/2017

ÍNDICE

1. Introdução.....	4
1.1. Objetivo	4
1.2. Conteúdo	4
2. Relatório Estatístico	4
2.1. População Estudada Plano Previdenciário	4
2.1.1. Servidores Ativos	6
2.1.2. Servidores Aposentados.....	11
Distribuição dos Gastos por tipo de Aposentadoria.....	11
2.1.3. Pensionistas.....	13
2.2. População Estudada do Plano Financeiro.....	13
2.2.1. Resumo Estatístico da Massa dos Servidores Ativos	15
2.2.2. Resumo Estatístico da Massa dos Servidores Aposentados	15
2.2.3. Resumo Estatístico da Massa dos Pensionistas	15
3. Nota Técnica Atuarial.....	15
3.1. Objetivos.....	15
3.2. O Plano de Benefícios	15
3.2.1. Atuais Servidores – Possibilidades de Aposentadoria	16
3.2.2. Aposentadoria por Idade:.....	16
3.2.3. Aposentadoria por Invalidez:	16
3.2.4. Abono Anual (13º salário):	17
3.2.5. Pensão por Morte:.....	17
3.3. Bases Técnicas e Parâmetros do Modelo Atuarial.....	17
3.3.1. Regimes Financeiros.....	17
3.3.2. Tábuas de Eliminação Seleccionadas.....	18
3.3.3. Taxa de Juros.....	18
3.3.4. Tempo Anterior de Serviço.....	18
3.3.5. Compensação Previdenciária	Erro! Indicador não definido.
3.3.6. Carência	19
3.3.7. Regime de Aposentadoria.....	19
3.3.8. Situação Funcional	19
3.3.9. Taxa de Crescimento Real do Salário	19
3.3.10. Contribuições Previdenciárias.....	19
3.3.11. Carregamentos	20
3.3.12. Data Base.....	20
3.4. Fontes de Receita do Sistema Previdenciário.....	20
3.4.1. Elegíveis	20
3.4.2. Servidores Ativos ainda sem direito à Aposentadoria.....	20
3.5. Tábua De Serviço.....	21
3.5.1. Elementos Básicos da Tábua de Serviço	21
3.5.2. A Construção da Tábua de Serviço.....	21
3.6. Anuidades.....	22
3.6.1. Anuidade Certa	23
3.6.2. Anuidade Simples.....	23
3.6.3. Anuidade de Pensão Para Dependentes	23
3.6.4. Anuidade de Pensão Para Inválidos	23
3.7. O Cálculo dos Encargos.....	24
3.7.1. Encargos com a Aposentadoria Por Tempo de Serviço.....	24
3.7.2. Encargos com a Aposentadoria por Idade	25
3.7.3. Encargos com Pensão por Morte em Atividade.....	25
3.8. Cálculo da Folha de Salários.....	26
3.9. Cálculo das Taxas de Contribuição	26
3.10. Premissas da Nota Técnica Atuarial.....	26
3.10.1. Pressupostos Legais Básicos:	26
3.10.2. Premissas financeiro-atuariais	26
4. Avaliação Atuarial.....	27
4.1. Introdução.....	27
4.2. Resultados.....	27
4.2.1. O Sistema Previdenciário.....	27
4.2.2. Plano de Custeio para a Situação Atual Plano Financeiro.....	29



4.2.3.	Plano de Custeio para a Situação Atual Plano Previdenciário	29
4.2.4.	Recomendações e Planos de Custeio	30
4.3.	Parecer Atuarial Plano Previdenciário.....	31
4.4.	Parecer Atuarial Plano Financeiro.....	34
5.	Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial	36
6.	Anexos	50

1. Introdução

1.1. Objetivo

A Avaliação Atuarial se propõe a definir o Plano de Custeio do sistema previdenciário do município de **Varginha – MG**. Desta forma, processaremos a base de dados dos servidores ativos, servidores aposentados e pensionistas do município e através da aplicação de ferramentas e modelos atuariais, promoveremos o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema.

1.2. Conteúdo

O município de Varginha possui um sistema previdenciário próprio representado pelo **Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Varginha - INPREV**. O referido Instituto é responsável pelo pagamento das Aposentadorias e Pensões dos Servidores Públicos Municipais.

Este estudo, que se propõe a realizar a Avaliação Atuarial do plano de benefícios concedidos pelo regime próprio, se encontra dividido em três itens básicos: o Relatório Estatístico, a Nota Técnica e a Avaliação Atuarial. O primeiro visa apresentar um painel geral dos servidores municipais, tabulando algumas de suas características básicas que, por sua natureza, influenciam os resultados obtidos através da Avaliação Atuarial. A Nota Técnica é um resumo com os principais instrumentos utilizados no cálculo atuarial. E a Avaliação Atuarial é a análise técnica que apresenta o resultado do cálculo atuarial, com base em princípios atuariais que permite, se houver necessidade, a reformulação do Plano de Custeio, tornando sempre viabilizado o Sistema Previdenciário do Município.

2. Relatório Estatístico

Uma Avaliação Atuarial depende, entre outros aspectos, de características inerentes à população estudada, tais como a distribuição etária e salarial, a proporção entre homens e mulheres e o tempo de serviço dos indivíduos dentro e fora da instituição. Aqui analisaremos os dados estatísticos a respeito do universo dos Servidores do Município.

No Regime Próprio de Previdência do Município de Varginha existe atualmente uma segregação de massas, onde se encontram o plano previdenciário e o plano financeiro. A segregação de massas, seguindo parâmetros estabelecidos pela **portaria MPS nº. 21/13**, teve sua data de corte definida em **1º de maio de 1994**. Constituem o plano financeiro todos os servidores ativos que ingressaram no sistema anteriormente à data de corte estabelecida, bem como os inativos e pensionistas que tiveram seus benefícios concedidos anteriormente a mesma data. O plano Previdenciário é constituído por todos os servidores ativos admitidos a partir da data de corte, bem como os aposentados e pensionistas que tiveram seus benefícios concedidos posteriormente a essa data.

Abordaremos com detalhes, no **item 2.1.1**, as características dos Servidores Ativos, no **item 2.1.2** as peculiaridades do grupo de Servidores Aposentados e no **item 2.1.3** o grupo de Pensionistas do plano previdenciário. Finalmente no **item 2.2** apresentaremos as características gerais de todo o plano financeiro.

2.1. População Estudada Plano Previdenciário

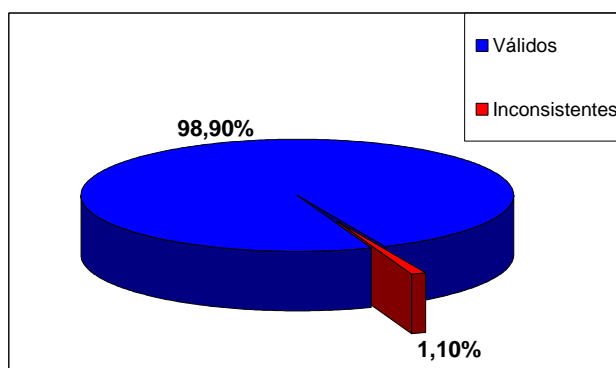
Foram considerados, para fins deste estudo, os Servidores Ativos e o Pensionista que se

encontravam vinculados ao RPPS na data base do estudo atuarial, ou seja, em **30 de novembro de 2;016**.

Os dados cadastrais foram levantados junto ao cadastro do Instituto, da Prefeitura Municipal e demais autarquias, sendo, na sua grande maioria, através de entrevista pessoal com cada servidor através de recadastramento realizado, totalizando **3.160** participantes assim distribuídos: **2.340 Servidores Ativos, 648 Aposentados e 172 Pensionistas**.

Após o processo de crítica do cadastro, que visa a identificação de dados inconsistentes, apurou-se um total válido de **2.305 Servidores Ativos, 648 Aposentados e 172 Pensionista**, cujo índice de rejeição dos dados apurados é da ordem de **1,10%**.

Figura 1. Índice de Rejeição dos Dados Cadastrais.



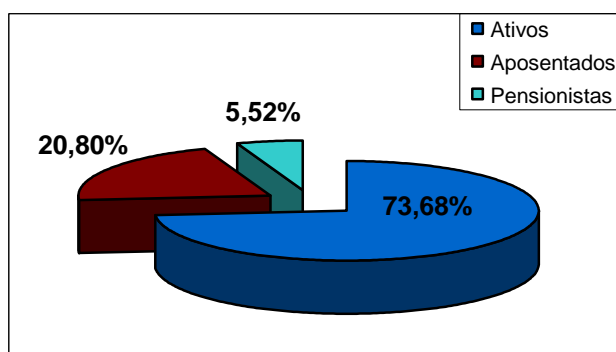
A tabela (1) a seguir exhibe a composição da população estudada, que é o alvo desta avaliação atuarial.

Tabela 1. Quantitativo do Quadro de Servidores/Pensionistas

QUANTITATIVO			
ATIVOS	APOSENTADOS	PENSIONISTAS	TOTAL
2.305	648	172	3.125

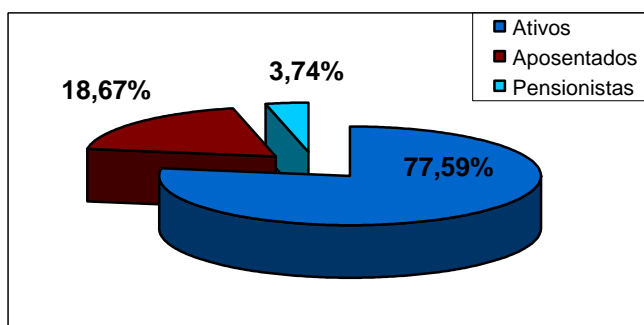
A população estudada é composta de **73,68%** de Servidores Ativos, **20,80%** de Servidores Aposentados e **5,52%** de Pensionistas.

Figura 2. Composição da População Estudada.



A figura (3) expressa os gastos do Município com relação ao atual quadro de servidores Ativos, Aposentados e os Pensionistas. Observa-se então, que, em relação ao total de despesas com pessoal, se gasta com os servidores Ativos **77,59%**, com os Aposentados **18,67%** e com os Pensionistas **3,74%**.

Figura 3. Distribuição de Gastos com o Pessoal.



2.1.1. Servidores Ativos

2.1.1.1. Resumo Estatístico da Massa dos Servidores Ativos

Número total se servidores.....	2.305
Idade Média.....	42,16
Idade Média de Entrada em Aposentadoria.....	60,96
Remuneração Média.....	1.988,50
Soma das remunerações	4.583.484,05

Observamos nos resumos estatísticos acima, que a idade média do servidor ativo é de **42,16 anos** e que a idade média de entrada em aposentadoria é **60,96 anos**. Se esta expectativa refletir em uma tendência a ser observada no quadro de Servidores Ativos, teremos um tempo médio de contribuição de **18,80 anos** ao Sistema Previdenciário Municipal. Este período representa mais da metade do tempo necessário para formar a reserva suficiente para custear benefícios vitalícios.

2.1.1.2. Dados Básicos dos Servidores Ativos

A tabela (2) apresentada considera a massa total dos Servidores Ativos, de acordo com o sexo.

Tabela 2. Dados Básicos dos Servidores Ativos

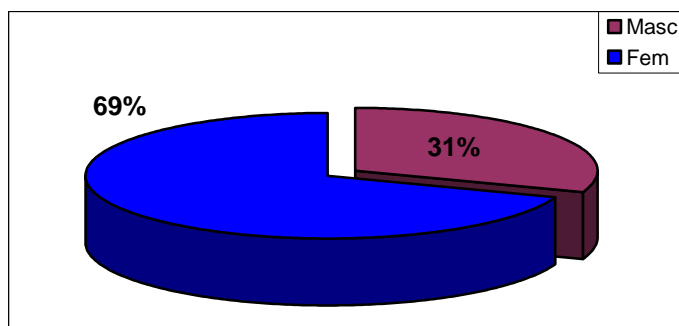
Item	M	% Total	F	% Total	Total	Média
Número Servidores	704	30,54	1.601	69,46	2.305	-
Idade Média	42,25	-	41,93	-	-	42,16
Tempo Serviço Anterior Médio	4,71	51,32	4,47	48,68	9,18	4,59
Tempo Prefeitura Médio	8,34	50,31	8,23	49,69	16,57	8,28
Tempo Serviço Total Médio	13,41	50,53	13,13	49,47	26,53	13,27
Salário Médio	1.998,09	-	1.984,28	-	-	1.988,50
Folha de Pagamento	1.406.655,53	30,69	3.176.828,52	69,31	4.583.484,05	-

A Idade Média exibida corresponde à razão entre o somatório das idades e o número de servidores, enquanto que a remuneração média equivale à razão entre o somatório das remunerações e o número de servidores.

2.1.1.3. Frequência dos Servidores por Sexo

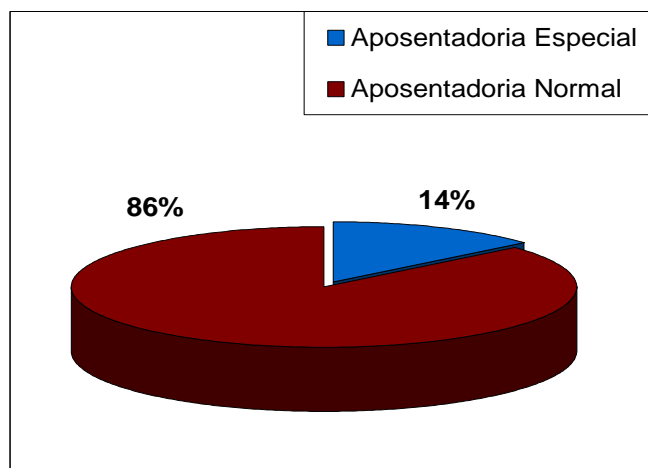
No Plano de benefícios há um tratamento diferenciado conforme o sexo do participante, tendo as mulheres o direito à Aposentadoria por Idade ou por Tempo de Serviço cinco anos antes dos servidores do sexo masculino, fator este que conforme a situação, é responsável pela elevação dos custos do sistema.

Figura 4. Distribuição dos servidores Ativos por Sexo



Como vemos, o percentual de Servidores do sexo masculino é de **31%** e do sexo feminino é de **69%**. Este desequilíbrio certamente reflete uma sobrecarga nas taxas de contribuição ao RPPS, uma vez que a mulher contribui por um período menor e, em contrapartida, tem direito ao Benefício Vitalício mais cedo com o agravante de uma expectativa de vida teoricamente maior em relação ao homem, porém, a tábua de mortalidade adotada não prevê tal diferenciação.

Figura 5. Distribuição dos Serv. Ativos por Cargo



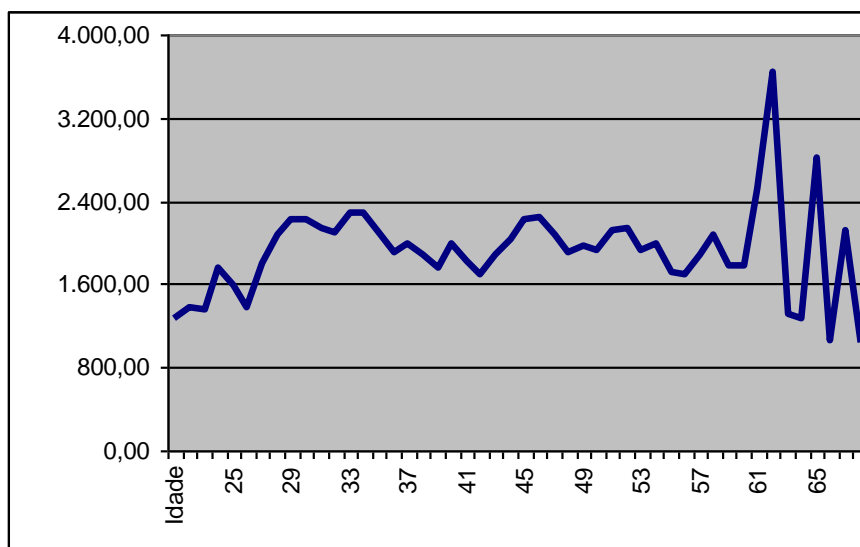
O percentual de Servidores que ocupam cargo com direito a aposentadoria chamada especial (redução de 5 anos na idade e no tempo de contribuição) é de **14%** enquanto que aqueles com cargos sem direito a este benefício é de **86%**. É de conhecimento que quanto maior for a faixa de servidores com direito a aposentadoria especial, maior será a complexidade de promover o equacionamento do déficit atuarial, pois assim como aqueles servidores do sexo feminino adquirem seus direitos para gozar o benefício da aposentadoria com uma antecipação de 5 anos comparados aos servidores do sexo masculino, os servidores ocupantes exclusivamente de cargos com direito as aposentadorias especiais gozam de tal benefício, sendo que as mulheres ocupantes destes cargos, são as que mais oneram o sistema.

2.1.1.4. Média Salarial por Idade dos Servidores Ativos

Tecnicamente, tem-se como princípio, que a remuneração do servidor aumente conforme sua idade. No gráfico observamos que a remuneração dos Servidores Públicos Municipais apresenta um comportamento extremamente oscilatório, com ligeira tendência ao crescimento com o decorrer da idade.

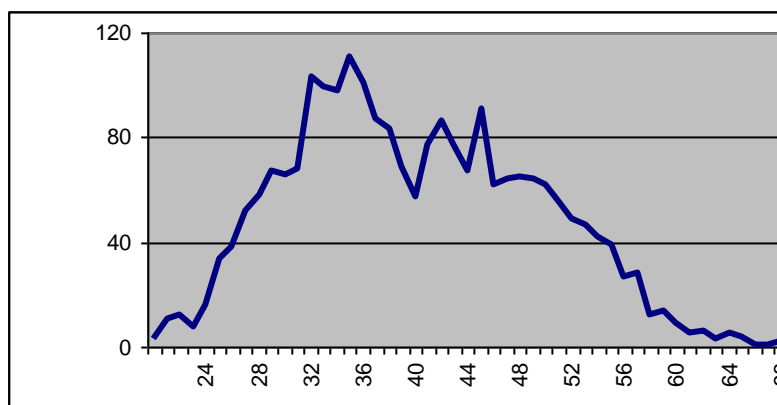
O gráfico da figura (6a) ilustra a remuneração média dos Servidores Ativos por idade.

Figura 6a. Remuneração Média dos Servidores Ativos



Abaixo o gráfico da frequência de servidores por idade (figura 6b).

Figura 6b. Frequência dos servidores Ativos por Idade



Observa-se no gráfico acima, que a distribuição dos servidores ao longo da faixa etária apresenta uma concentração de servidores entre as idades de **34 e 38 anos**, sendo que o seu maior número se encontra com idade de **37 anos**.

Para o sistema previdenciário, quanto mais jovem for a população, menor será o seu ônus, pois, além deste capitalizar (construir suas reservas financeiras) através das contribuições que se estenderão por períodos mais longos, os benefícios previdenciários começarão a ser requisitados apenas após estes períodos.

2.1.1.5. Média Salarial por Tempo de Serviço dos Servidores Ativos

A informação acerca do tempo de serviço de cada participante do sistema previdenciário, não só em relação à Prefeitura, mas também a outros órgãos públicos ou privados, é fundamental para a previsão do tempo restante para o ingresso deste indivíduo na modalidade de Aposentadoria por Tempo de Serviço ou por Idade.

É esperado que a remuneração de um indivíduo reflita a evolução de sua capacidade em decorrência dos anos de experiência. Deste modo, é normal que a remuneração do servidor tenha um padrão crescente quando tabulada por seu tempo de serviço.

Analisando a figura (7) observamos que a Remuneração Média do servidor no Município em função do Tempo Anterior de Serviço apresenta crescimento oscilatório ao final do período, pelo Tempo de Prefeitura oscilando um pouco mais no decorrer do período e mais ainda ao final do período e pelo Tempo Total, crescente por todo o período de avaliação, porém, oscilando mais ao final.

Figura 7a. Remuneração Média Tabulada pelo Tempo Anterior de Serviço

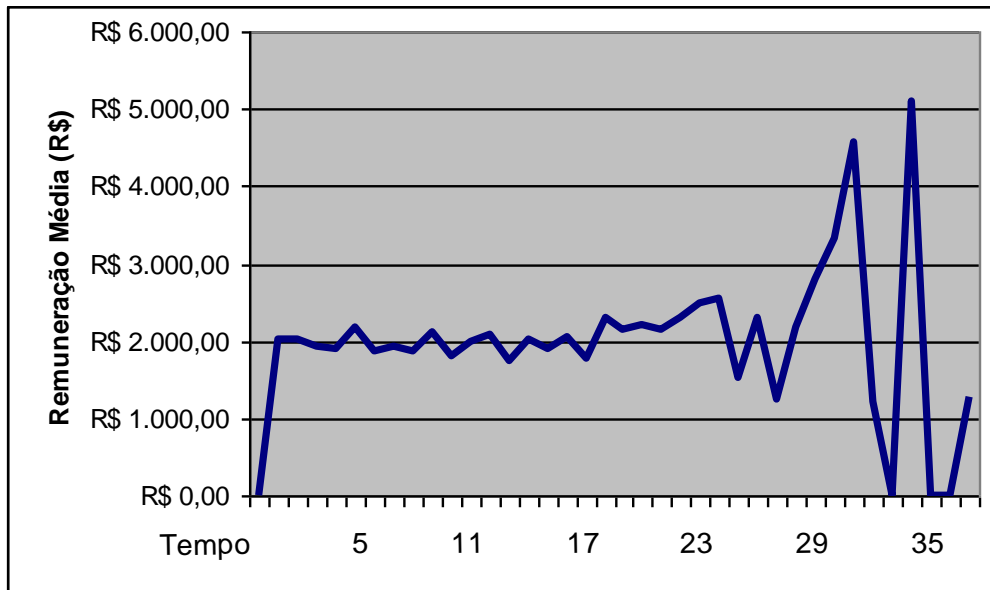


Figura 7b. Remuneração Média Tabulada pelo Tempo de Prefeitura

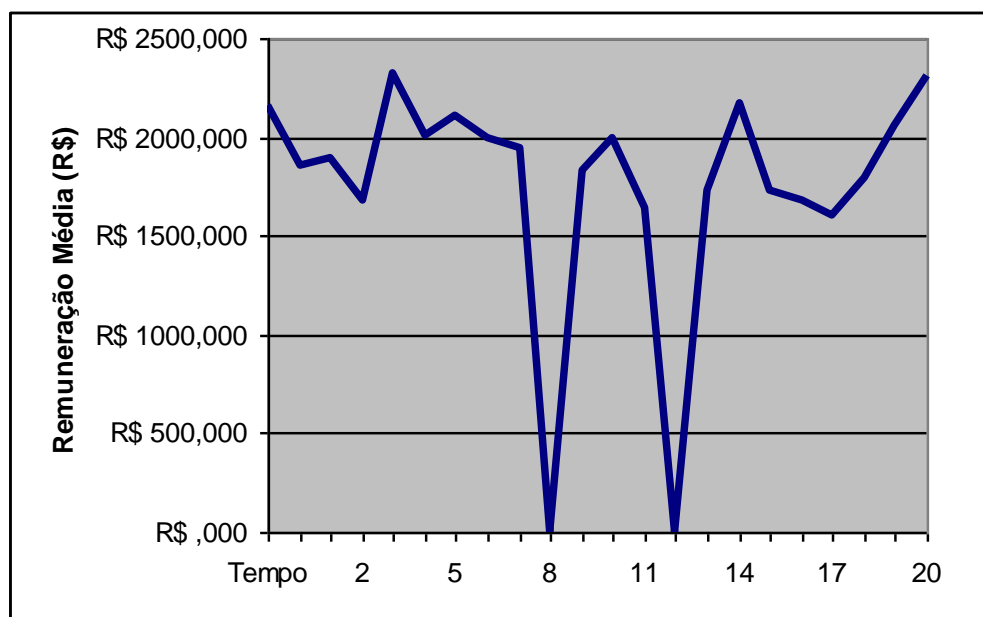
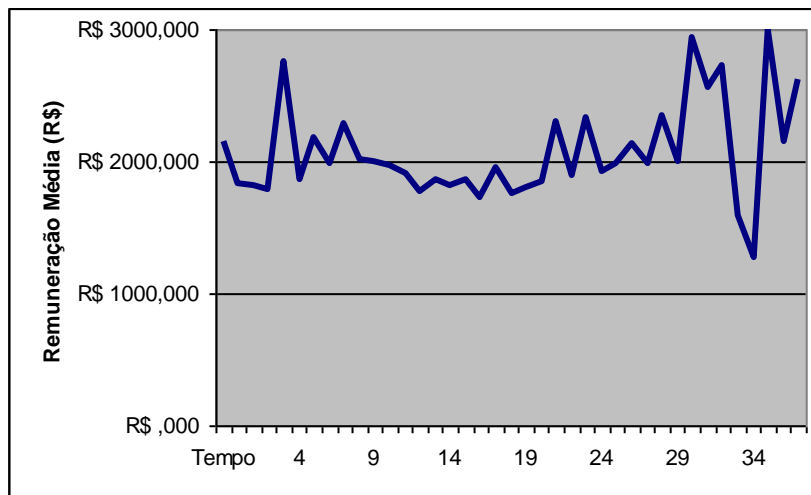


Figura 7c. Remuneração Média Tabulada pelo Tempo Total



A figura (8) expõe graficamente a frequência de servidores por tempo de serviço.

Figura 8a. Frequência dos Servidores Ativos por Tempo Anterior de Serviço

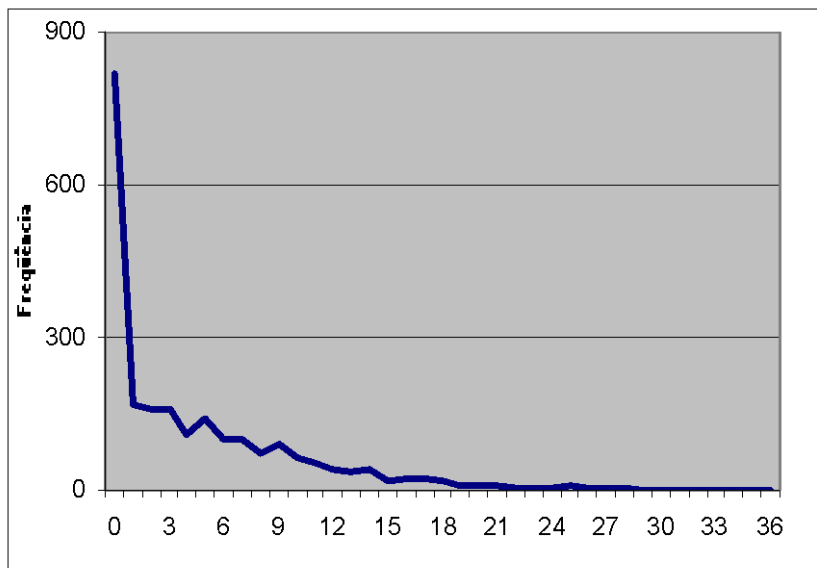


Figura 8b. Frequência dos Servidores Ativos por Tempo de Prefeitura

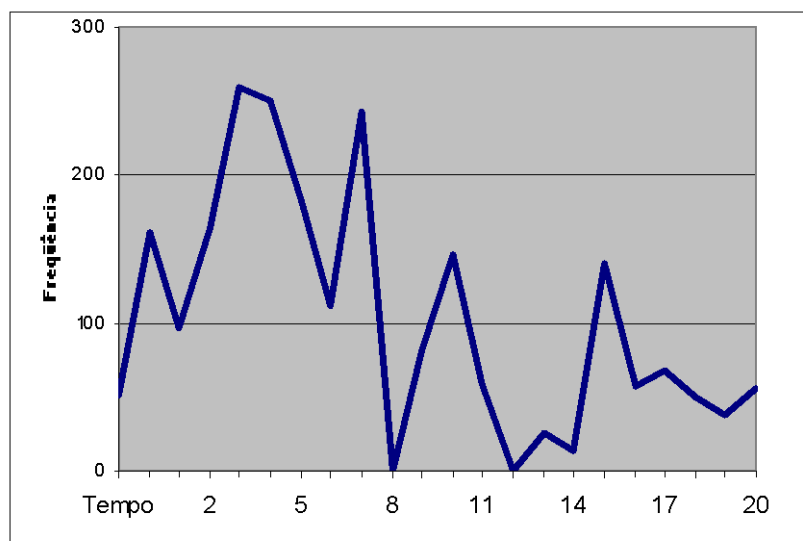
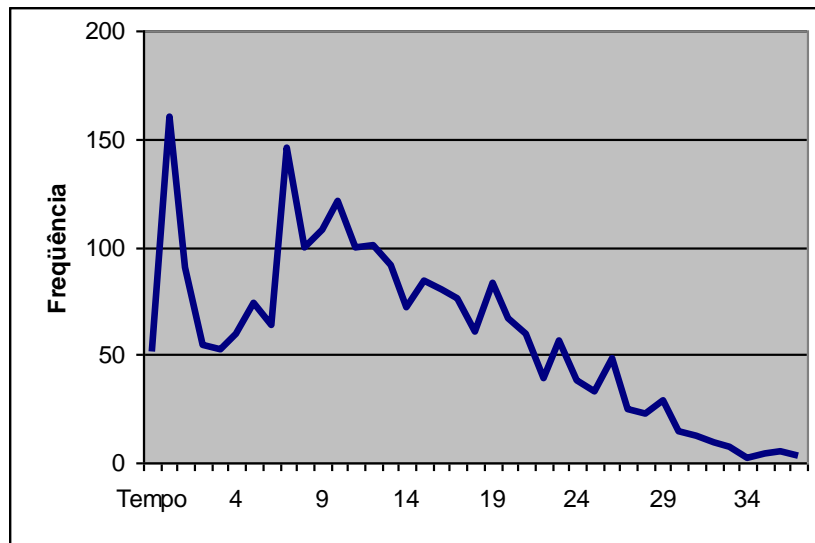


Figura 8c. Frequência dos Servidores Ativos por Tempo Total



Podemos observar no gráfico acima, que existe uma distribuição razoavelmente homogênea dos 8 aos 13 anos de tempo de serviço. Esta característica demonstra que os servidores, em média, contribuirão por pelo menos mais **24,5 anos**, se comparado à média de tempo de serviço de aposentadoria para homens e mulheres.

2.1.2. Servidores Aposentados

Distribuição dos Gastos por tipo de Aposentadoria

Tabela 3. Gastos por tipo de Aposentadoria.

QUANTITATIVO			
Tempo	Idade	Invalidez	Compulsória
R\$ 640.105,22	R\$ 197.164,96	R\$ 257.638,22	R\$ 8.089,33

Observamos no gráfico abaixo que a maior parcela dos gastos com aposentadoria são destinados à benefícios por tempo de contribuição, seguido da aposentadoria por invalidez, por idade e finalmente com a menor representação nos gastos, a aposentadoria compulsória aos 75 anos de idade.

Figura 9. Gastos por tipo de Aposentadoria

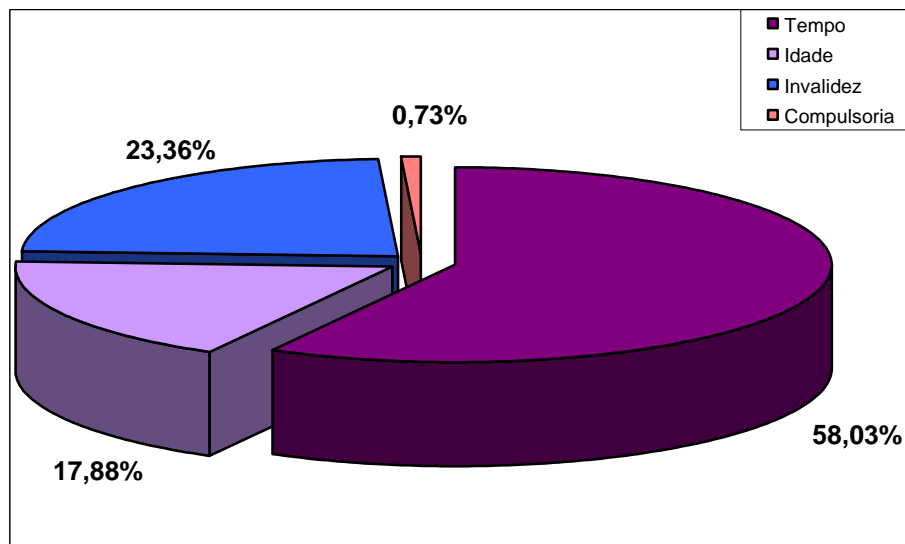


Tabela 4. Evolução das aposentadorias no Período

	2015	2016	Aumento
Tempo	R\$ 528.034,22	R\$ 640.105,22	21,22%
Idade	R\$ 167.165,02	R\$ 197.164,96	17,95%
Invalidez	R\$ 230.031,20	R\$ 257.638,22	12,00%
Compulsória	R\$ 7.378,89	R\$ 8.089,33	9,63%

2.1.2.1. Frequência de Entrada em Aposentadorias

A tabela (5) descreve a evolução do número de aposentados no decorrer do tempo. Os números nela apresentados consideram apenas os tipos de aposentadoria que dependem das informações de Tempo de Serviço e Idade, ficando excluída deste contexto a Aposentadoria por Invalidez, só considerada na parte atuarial deste relatório.

Tabela 5. Entrada em Aposentadoria ao longo do Tempo

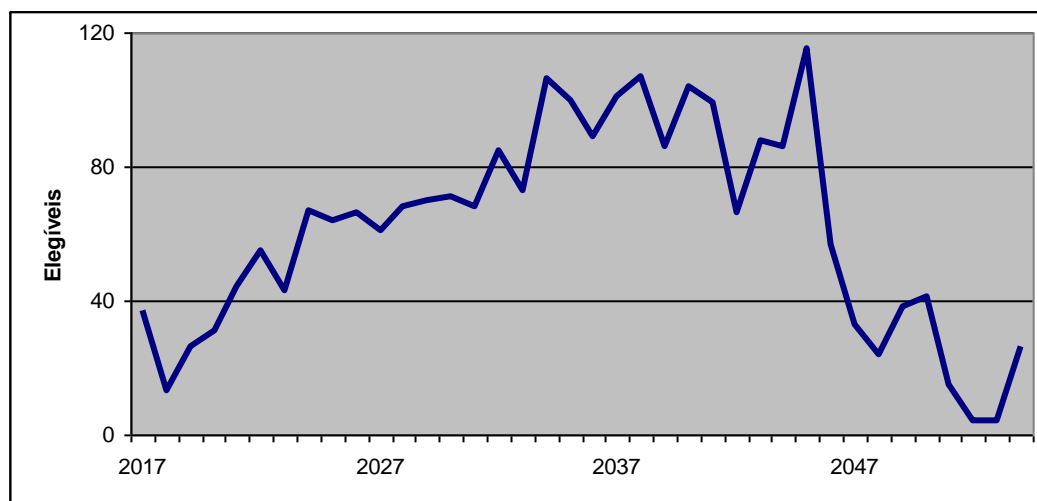
Ano	Nro. Benef. a Conceder	Total Benefícios
2017	37	104.938,82
2018	13	32.120,63
2019	26	60.187,02
2020	31	74.660,68
2021	44	92.550,10
2022	55	137.691,78
2023	43	89.765,04
2024	67	167.001,59
2025	64	130.588,86
2026	66	130.935,90
2027	61	133.932,11
2028	68	144.911,79
2029	70	134.597,77

Ano	Nro. Benef. a Conceder	Total Benefícios
2030	71	135.534,37
2031	68	119.323,58
2032	85	157.301,99
2033	73	146.575,42
2034	106	223.783,58
2035	100	218.130,49
2036	89	201.082,37
2037	101	214.443,21
2038	107	228.915,32
2039	86	178.255,10
2040	104	242.014,07
2041	99	223.361,31
2042	66	150.068,64

Ano	Nro. Benef. a Conceder	Total Benefícios
2043	88	208.496,25
2044	86	176.731,05
2045	115	236.452,15
2046	57	127.765,20
2047	33	76.933,42
2048	24	38.239,35
2049	38	69.361,58
2050	41	84.735,67
2051	15	30.366,26
2052	4	5.532,15
2053	4	5.763,05

Analisando a figura (10), que ilustra a frequência de aposentadorias requeridas ao longo do tempo, identificamos a concessão de **29 benefícios** no ano em curso caso sejam requeridas estas aposentadorias, relativos aos participantes que já atendem às condições necessárias ao ingresso em aposentadoria (elegíveis).

Figura 10. Frequência de entrada em Aposentadoria



Podemos ainda constatar que os benefícios serão concedidos em um volume maior no primeiro ano de funcionamento do sistema, pois estão considerados todos os servidores que já reúnem os requisitos para a aposentadoria, mas ainda não fizeram uso do direito de aposentar. O gráfico apresenta um comportamento crescente ao longo do tempo, atingindo o seu pico máximo, após **27 anos** da data base. Após o pico o número de aposentadorias diminui até o ano de **2053**, onde serão concedidos os últimos **4** benefícios de aposentadorias para a massa.

Observa-se ainda, que o número de aposentadorias pagas em um dado período corresponde ao número de aposentadorias que se iniciaram neste período mais aquelas que já vinham sendo oferecidas. A figura (10) nos exhibe apenas as aposentadorias que se iniciaram em um dado ano.

2.1.2.2. Resumo Estatístico da Massa dos Servidores Aposentados

Número Total de Aposentados	648
Idade Média	65,36
Provento Médio	1.702,16
Soma dos Proventos	1.102.997,73

2.1.3. Pensionistas

Pensionistas são indivíduos que têm direito a receber um benefício previdenciário gerado pela morte do servidor (ativo ou aposentado). Os pensionistas podem ser cônjuges, que têm direito a pensão vitalícia, ou filhos que tem direito a pensão até o limite de idade definido pela lei municipal (geralmente 18 ou 21 anos dependendo da Lei Municipal), salvo o caso de filhos com necessidades especiais que guardam o direito ao benefício vitalício.

2.1.3.1. Resumo Estatístico da Massa dos Pensionistas

Número Total de Pensionistas	172
Idade Média	58,84
Pensão Média	1.284,23
Soma das Pensões	220.888,32

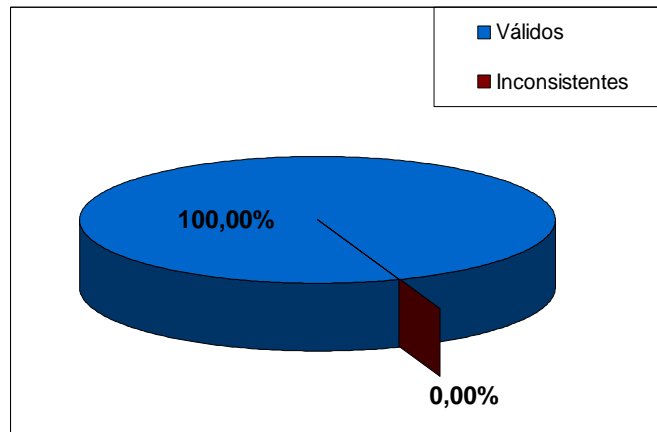
2.2. População Estudada do Plano Financeiro

Foram considerados, para fins deste estudo, os Servidores Ativos e o Pensionista que se encontravam vinculados ao RPPS na data base do estudo atuarial, ou seja, em **30 de novembro de 2;016**.

Os dados cadastrais foram levantados junto ao cadastro do Instituto, da Prefeitura Municipal e demais autarquias, sendo, na sua grande maioria, através de entrevista pessoal com cada servidor através de recadastramento realizado, totalizando **784** participantes assim distribuídos: **520 Servidores Ativos, 258 Aposentados e 6 Pensionistas**.

Após o processo de crítica do cadastro, que visa a identificação de dados inconsistentes, apurou-se que não existem dados inconsistentes na base de dados do Plano Financeiro

Figura 11. Índice de Rejeição dos Dados Cadastrais.



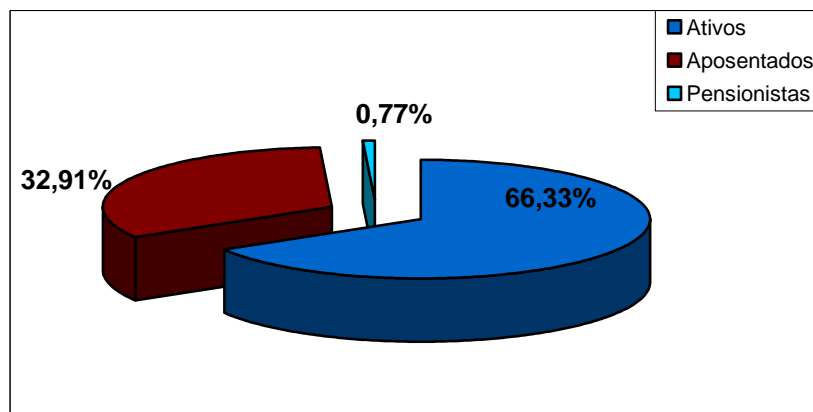
A tabela (6) a seguir exhibe a composição da população estudada, que é o alvo desta avaliação atuarial.

Tabela 6. Quantitativo do Quadro de Servidores/Pensionistas

QUANTITATIVO			
ATIVOS	APOSENTADOS	PENSIONISTAS	TOTAL
520	258	6	784

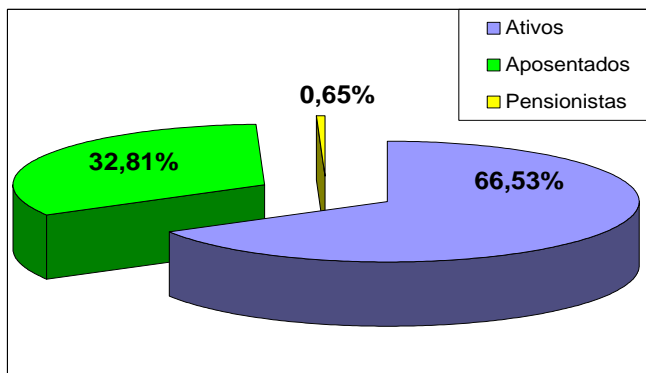
A população estudada é composta de **66,33%** de Servidores Ativos, **32,91%** de Servidores Aposentados e **0,77%** de Pensionistas.

Figura 12. Composição da População Estudada.



A figura (13) expressa o quadro atual do Município com relação aos gastos com servidores Ativos, Aposentados e os Pensionistas. Observa-se então, que, em relação ao total de despesas com pessoal, se gasta com os servidores Ativos **66,53%**, com os Aposentados **32,81 %** e com os Pensionistas **0,65%**.

Figura 13. Distribuição de Gastos com Pessoal.



2.2.1. Resumo Estatístico da Massa dos Servidores Ativos

Número total de servidores.....	588
Idade Média.....	52,62
Idade Média de Entrada em Aposentadoria.....	57,91
Remuneração Média.....	2.576,99
Soma das remunerações	1.515.270,16

2.2.2. Resumo Estatístico da Massa dos Servidores Aposentados

Número Total de Aposentados	258
Idade Média	62,42
Provento Médio	2.727,09
Soma dos Proventos	703.590,01

2.2.3. Resumo Estatístico da Massa dos Pensionistas

Número Total de Pensionistas	6
Idade Média	68,50
Pensão Média	2.335,97
Soma das Pensões	14.015,84

3. Nota Técnica Atuarial

A nota técnica atuarial é composta pelos parâmetros atuariais que serão utilizados na avaliação atuarial bem como pelo conjunto de regras que definem o plano de benefícios oferecidos pelo RPPS.

3.1. Objetivos

A Nota Técnica Atuarial tem por objetivo descrever os procedimentos utilizados na realização da avaliação atuarial, de modo que os custos, reservas e outros elementos da avaliação atuarial possam ser calculados de forma exata através do conteúdo exposto nesta Nota Técnica.

3.2. O Plano de Benefícios

O Plano de Benefícios corresponde à descrição de todos os benefícios a serem concedidos e das condições que os servidores ou seus dependentes devem atender para ter direito aos mesmos. O RPPS concede, atualmente, os benefícios de Aposentadoria e Pensão.

O Plano de Benefícios Previdenciários abrangerá os seguintes itens:

- Aposentadoria por Tempo de Contribuição (Capitalização);

- Aposentadoria por Idade (Capitalização);
- Aposentadoria Compulsória (Capitalização);
- Pensão por Morte de inativo (Capitalização);
- Aposentadoria por Invalidez (Repartição de Capitais de Cobertura);
- Pensão por Morte de Ativo (Repartição de Capitais de Cobertura);
- Benefícios de risco (se existirem, Repartição Simples);
- Abono anual.

A seguir descrevemos os requisitos necessários para a obtenção do benefício para cada modalidade de Aposentadoria e para Pensão, conforme dispositivos constitucionais.

3.2.1. Atuais Servidores – Possibilidades de Aposentadoria

1º - REGRA - Art. 40, § 1º, III, "a" da Constituição Federal e § 5º deste mesmo artigo (especial para professor) com redução de 5 anos tanto na idade quanto no tempo de contribuição e proventos calculados pela média, reajustado conforme legislação, tendo que cumprir os seguintes requisitos:

- 60 anos de idade, se homem; 55 de idade, se mulher;
- 35 anos de contribuição para homem, e 30 para mulher;
- 10 anos no serviço público;
- 5 anos no cargo em que se der a aposentadoria.

2º - REGRA - artigo 2º da Emenda 41/2003. Com proventos, também calculados pela média de contribuição reajustado conforme legislação aplicando-se o redutor, tendo que cumprir os seguintes requisitos:

- 53 anos de idade, se homem; 48 de idade, se mulher;
- 35 anos de contribuição para homem e 30 para mulher;
- Pedágio de 20% sobre o tempo que, em 15.12.98, faltava para atingir o limite do item acima;
- 5 anos no cargo em que se der aposentadoria

3º - REGRA - artigo 6º da Emenda Constitucional nº. 41/2003, com proventos integrais e reajuste pela paridade parcial, tendo que cumprir os seguintes requisitos:

- 60 anos de idade, se homem; 55 de idade se mulher;
- 35 anos de contribuição para homem, e 30 para mulher;
- 20 anos no serviço público;
- 10 anos na carreira pública;
- 5 anos no cargo em que se der a aposentadoria.

4º - REGRA - artigo 3º da Emenda Constitucional nº. 47/2005, com proventos integrais reajustados conforme legislação, tendo que cumprir os seguintes requisitos:

- 35 anos de contribuição para homem, e 30 para mulher;
- 25 anos no serviço público;
- 15 anos na carreira pública;
- 5 anos no cargo em que se der a aposentadoria.
- Para cada ano a mais de contribuição, reduz-se na idade.

3.2.2. Aposentadoria por Idade:

- proporcional aos 65 anos de idade; se homem;
- proporcional aos 60 anos de idade, se mulher;
- compulsória aos 75 anos;

3.2.3. Aposentadoria por Invalidez:

- comprovação da Invalidez Total ou Parcial Permanente (deverão ser reavaliadas a cada período definido previamente);

3.2.4. Abono Anual (13º salário):

- ser participante assistido, ou;
- ser beneficiário assistido;

3.2.5. Pensão por Morte:

- no caso das pensões já em gozo e nas novas pensões que forem geradas, é repassado 100% dos valores das aposentadorias que serviram de base para a concessão do benefício até o valor do **teto do INSS**, sendo que após este valor as pensões sofrerão reduções de 30% sobre os valores que excederem o limite estipulado.

3.3. Bases Técnicas e Parâmetros do Modelo Atuarial

3.3.1. Regimes Financeiros

Regime financeiro é o conjunto de critérios que determinam a forma de cálculo das contribuições, isto é, são normas que estabelecem a equação de equilíbrio entre receitas e despesas. Reconhecemos três tipos de regimes financeiros, o de Repartição Simples, o de Repartição de Capitais e o de Capitalização.

3.3.1.1. Regime de Repartição Simples ou Regime de Caixa

O Regime de Repartição simples (com sigla RS) consiste em calcular as contribuições (necessárias e suficientes) a serem vertidas ao plano em determinado período de tempo, visando atender apenas ao pagamento dos benefícios nesse mesmo período de tempo (não prevê formação de reserva de longo prazo).

Normalmente usado para financiar benefícios de curta duração, de menor custo e relativamente estáveis, como os benefícios de risco (auxílio-doença, auxílio-reclusão, salário-família e salário-maternidade).

3.3.1.2. Regime de Repartição de Capitais de Cobertura

O Regime de Repartição de Capitais de Cobertura (com sigla RCC) consiste em calcular as contribuições necessárias e suficientes em um determinado período, para constituir o capital que responderá pelo pagamento de benefícios que serão iniciados no mesmo período (o custo periódico é equivalente a uma estimativa da reserva de benefícios concedidos que será constituída no próximo exercício).

Normalmente usado para financiar benefícios de risco de longa duração e que dependem da idade do participante (por exemplo, pensão por morte na ativa, aposentadoria por invalidez *et cetera*).

3.3.1.3. Regime de Capitalização

Visando a solução para o aumento anual da taxa de contribuição, observado nos dois regimes precedentes, apresentamos o Regime de Capitalização. Tal regime consiste em calcular as contribuições necessárias e suficientes a serem vertidas ao plano no período contributivo, visando constituir o capital que responderá pelo pagamento de benefícios futuros (prevê formação de reservas)

Normalmente usado para financiar os chamados benefícios programados (aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de serviço e aposentadoria por tempo de contribuição), mas nada impede que seja também utilizado para os benefícios de risco de longa duração.

Assim, os defeitos apontados para o Regime de Repartição Simples, já atenuados para os de Capitais de Cobertura, desaparecem no Regime de Capitalização:

- A taxa anual se mantém nivelada ao longo do tempo;
- Às reservas de benefícios concedidos se acrescentam as grandes reservas de benefícios a conceder, incrementando fortemente o potencial dos investimentos a longo prazo;
- Em caso de paralização do processo, os Aposentados e Pensionistas contarão com as primeiras reservas para garantir a continuidade dos seus benefícios, enquanto aos Ativos será assegurado seu direito líquido pela Reserva de Benefícios a Conceder.

Em sua forma, o Regime de Capitalização consiste na Avaliação Atuarial, não somente para o exercício, mas para todo o período da avaliação, que igualará o valor atual dos benefícios que serão concedidos durante este período. Isto representa estimarmos todos os encargos com os servidores, trazê-los a valor presente e dividirmos pela folha salarial no mesmo período. Como resultado obtém-se uma contribuição nivelada.

3.3.1.4. Regime Financeiro Aplicado

No modelo atuarial adotado, selecionamos o Regime de Capitalização pelo método Ortodoxo para computarmos as taxas correspondentes ao custeio dos benefícios previdenciários programáveis. O método Ortodoxo define o valor da alíquota normal de contribuição segundo o que consta na legislação municipal e aplica aquela alíquota em todo o período da avaliação atuarial.

Para os benefícios de Aposentadoria por Invalidez e Pensão Por Morte De Segurado Ativo é utilizado o Regime de Repartição de Capitais de Cobertura e para os benefícios de risco, quando existirem é utilizado o Regime de Repartição Simples.

3.3.2. Tábuas de Eliminação Selecionadas

Os elementos básicos de uma análise atuarial são as tábuas de eliminação, seja por morte, invalidez ou desligamento.

As tábuas selecionadas para estudo se encontram listadas na tabela (6) a seguir:

Tabela 6: Tábuas de Eliminação Selecionadas

TIPO DA TÁBUA	NOMENCLATURA	TÁBUA
INVÁLIDEZ	i_x	ÁLVARO VINDAS
MORTALIDADE GERAL	q_x	IBGE
MORTALIDADE DE INVÁLIDOS	q_x^i	IBGE

3.3.3. Taxa de Juros

A taxa real anual de juros adotada equivale a **6%** permitido pela legislação que regulamenta os regimes próprios de previdência social. No caso de haver segregação de massas, para o Plano Financeiro a taxa de juros utilizada será sempre de **0%**.

Para acompanhamento da Meta Atuarial, deve ser utilizado o índice (INPC, IPCA etc.), que somado aos **6%** da taxa de juros, deve ser menor do que a rentabilidade real obtida. Desta forma, a meta atuarial será alcançada.

3.3.4. Tempo Anterior de Serviço

Segundo a legislação em vigor (art. 201, § 9º da Constituição), fica assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na Administração Pública e nas atividades privada, rural e urbana.

A partir do Tempo Anterior de Serviço torna-se possível a previsão do tempo que resta para o servidor fazer jus a sua Aposentadoria por Tempo de Serviço. Historicamente, esta modalidade de Aposentadoria agrupa um grande número de aposentados, justificando a

importância de se obter o tempo anterior de serviço de um participante de um plano previdenciário.

3.3.5. Compensação Previdenciária

Pode ser considerado para fins de cobertura da Reserva de Tempo de Serviço Passado, a Compensação Previdenciária entre os regimes previdenciários de todos aqueles processos dos servidores aposentados que efetivamente se concretizou até **a data base da avaliação** ou o disposto da Portaria MPS nº 403 de 10 de dezembro de 2008, ou seja, até 10% do total das reservas matemáticas. No caso específico, a taxa de COMPREV usada foi de **10%**.

3.3.6. Carência

Carência, em um plano de previdência, vem a ser o tempo mínimo de filiação para que o segurado possa exercer o direito aos benefícios.

A carência, aspecto jurídico à parte, é um instrumento de redução dos custos do sistema.

3.3.7. Regime de Aposentadoria

Do mesmo modo que homens e mulheres estão sujeitos a tratamentos diferenciados pelo sistema previdenciário, o mesmo ocorre com os servidores conforme o regime de aposentadoria ao qual se encontram vinculados. Os servidores exercendo atividades com direito a Aposentadoria Especial adquirem o direito de se aposentar cinco anos antes dos demais servidores, onerando o sistema com suas Aposentadorias Antecipadas.

3.3.8. Situação Funcional

Todos os servidores ativos estatutários da Prefeitura, Autarquias e Câmara Municipal, mais os aposentados e pensionistas do RPPS do município.

3.3.9. Taxa de Crescimento Real do Salário

A função salário é descrita na forma:

$$S_x = S_y \cdot (1 + is)^{(x-y)}$$

em que

is = incremento salarial real (considerando inflação + produtividade);

Sx = salário corrente na idade x;

Sy = salário de entrada no plano na idade y.

A não consideração ou a sub-avaliação da evolução do salário real conduz a inconsistências no plano de custeio.

Para o crescimento real dos benefícios do plano foi utilizada a taxa de **0%**.

3.3.10. Contribuições Previdenciárias

Os percentuais de contribuição ao sistema previdenciário por parte de Servidores Ativos e inativos servem de parâmetros de entrada para o processamento atuarial e devem, portanto, ser previamente estabelecidos levando em consideração as disponibilidades do Município e a viabilidade técnica dos valores adotados.

3.3.11. Carregamentos

Além da cobertura do Plano de Benefícios, as taxas de contribuição dos participantes devem ser suficientes para suprir as despesas com a administração do sistema previdenciário.

Adotaremos em cumprimento às normas estabelecidas a taxa de **2%** da receita do sistema a título de Despesas Administrativas.

3.3.12. Data Base

Todos os valores computados ao longo deste estudo levam em consideração a data focal da avaliação atuarial, isto é, **31 de dezembro de 2.016**.

3.4. Fontes de Receita do Sistema Previdenciário

Através do Plano de Custeio são definidas as fontes de receita do sistema previdenciário que farão frente à cobertura do Plano de Benefícios. Estas receitas são originárias de:

- Contribuições dos servidores, instituídas pelo Município de acordo com Lei Complementar Municipal;
- Contribuição da Prefeitura/Autarquia e Câmara por conta de obrigações patronais;
- Aportes Financeiros;
- Créditos constituídos (Compensação Previdenciária);
- Outros rendimentos decorrentes da aplicação das receitas em caixa.

O plano de Custeio depende basicamente do Plano de Benefícios e dos parâmetros atuariais e financeiros adotados. Uma vez tendo fixado o Plano de Benefícios, resta definir estes parâmetros para obter os resultados desejados. Assim sendo, podemos trabalhar com o cenário atual para que, depois de analisado, seja selecionado o Plano de Custeio que melhor se adequar às aspirações e às condições financeiras do Município.

Visando a estimativa dos valores das contribuições que custearão os benefícios previdenciários, adotaremos a metodologia descrita a seguir, na qual os Servidores Ativos são divididos em dois grupos, a saber, o dos *elegíveis* e o dos que ainda não fazem jus a benefícios.

3.4.1. Elegíveis

São considerados integrantes do grupo de elegíveis aqueles servidores que, embora se encontrem em atividade, já atendam às condições necessárias ao gozo de aposentadoria.

Como não é considerada a existência de inválidos em atividade, farão parte deste grupo os servidores que já tenham completado o tempo de contribuição necessário ou atingido a idade suficiente para requerer aposentadoria.

Para todo benefício concedido, o Regime Financeiro de *Capitalização* prevê a constituição de reservas capazes de arcar com sua cobertura. Portanto, é recomendável que os montantes teoricamente devidos aos servidores que se encontrem em estado de risco eminente sejam integralizados no sistema, pois só assim este não iniciará suas operações com um déficit técnico.

3.4.2. Servidores Ativos ainda sem direito à Aposentadoria

Este grupo é constituído pelos Servidores Ativos que ainda não preenchem aos requisitos necessários à requisição de aposentadoria.

Como mencionado anteriormente, os encargos para com este grupo de participantes deverão ser cobertos pelas Contribuições de Servidores ativos, inativos e do Município, além de outros créditos como a Compensação Previdenciária, transferências e rendimentos decorrentes

da aplicação destas receitas. Resta, portanto, computar o valor efetivo de tais contribuições. Estas quantias são processadas em termos percentuais da folha de pagamento dos Servidores Ativos e Inativos.

Os cálculos das taxas serão aqui apresentados em três etapas. Primeiramente, veremos como prever a folha anual de salários e o correspondente valor atual da folha salarial (soma de todas as folhas anuais). Em segundo lugar, descreveremos a metodologia adotada para a obtenção das taxas de contribuição. Por último, exibiremos o percentual encontrado para o cenário projetado para o Município.

3.5. Tábua De Serviço

A partir dos elementos descritos em 3.4.1 é construída uma Tábua de Serviço contendo todos os fatores atuariais necessários à elaboração do Plano de Custeio.

3.5.1. Elementos Básicos da Tábua de Serviço

A seguir apresentaremos a nomenclatura utilizada para representar os elementos básicos da tábua de serviço.

i_x - probabilidade de um indivíduo de idade x se invalidar antes de atingir a idade $x+1$

q_x - probabilidade de um indivíduo de idade x vir a falecer antes de atingir a idade $x+1$

q_{xq}^1 - probabilidade de um inválido de idade x vir a falecer antes de completar $x+1$ anos.

l_x - número de sobreviventes que atingiram a idade x em uma população geral, observado a partir de uma amostra de 10 milhões de indivíduos com idade de 15 anos

l_x^{aa} - número de sobreviventes que atingiram a idade x ainda ativos e válidos, em uma população geral, observado a partir de uma amostra de 10 milhões de indivíduos com idade de 15 anos.

l_x^1 - número de sobreviventes inválidos que atingiram a idade x em uma população geral, observado a partir de uma amostra de 10 milhões de indivíduos com idade de 15 anos

W_x - probabilidade de um indivíduo de idade x se desligar do plano antes de atingir a idade $x+1$

p_x^{aa} - probabilidade de um servidor ativo e válido sobreviver nestas condições entre as idades x e $x+1$

q_x^{aa} - probabilidade de um servidor ativo e válido falecer nestas condições entre as idades x e $x+1$

p_x^{ai} - probabilidade de um servidor ativo de idade x vir a se invalidar antes de atingir a idade $x+1$ e sobreviver até $x+1$

q_x^{ai} - probabilidade de um ativo de idade x se invalidar e falecer antes de atingir a idade $x+1$

3.5.2. A Construção da Tábua de Serviço

Em 3.4.1 vimos que os valores de $q_x, i_x, w_x q_x^1$ são inicialmente extraídos das tábuas de eliminação selecionadas. A seguir descreveremos a metodologia de obtenção dos demais fatores atuariais listados neste item.

Os valores de l^x foram obtidos a partir da consideração de uma amostra inicial de 10 milhões de indivíduos de 15 anos de idade, submetidos à eliminação dada pela taxa de mortalidade q^x .

$$l_{15} = 10.000.000$$

$$l_x = l_{x-1} \cdot q_{x-1}$$

O número de inválidos de idade x é obtido paralelamente ao número de ativos válidos como mostramos a seguir:

$$\begin{aligned}
 l_{15}^1 &= 0 \\
 l_{15}^{aa} &= 10.000.000 \\
 l_x^{aa} &= l_x - l_x^1 \\
 l_x^1 &= l_{x-1}^1 \cdot p_{x-a}^1 + l_{x-1}^{aa} \cdot p_{x-1}^{ai}
 \end{aligned}$$

Ou seja, o número de ativos válidos a atingirem a idade x é dado pelo número de sobreviventes de idade x (válidos ou não) menos o número de inválidos de idade x .

O número de indivíduos a atingirem inválidos a idade x é dado pelo somatório do número de inválidos de idade $x-1$ que sobreviveram à idade x , com o número de indivíduos ativos de idade $x-1$ que se invalidaram antes de atingir a idade x .

A probabilidade de sobrevivência de um inválido é computada diretamente como o complemento da probabilidade de mortalidade de inválido:

$$p_x^1 = 1 - q_x^1$$

Para se obter a probabilidade de sobrevivência de ativo que se invalida, subtrai-se da probabilidade de invalidez geral a probabilidade de um ativo se invalidar e falecer ainda no mesmo ano:

$$p_x^{ai} = i_x - q_x^{ai}$$

A partir do método de Hamza, consideramos a probabilidade de um ativo que se invalidou vir a falecer como sendo igual à metade da probabilidade de falecimento de um inválido:

$$q_x^{ai} = 0.5 \cdot i_x \cdot q_x^1$$

A probabilidade de um ativo válido enquanto tiver esta idade é dada pela razão entre o número de ativos válidos com idade $x+1$ e o número de ativos válidos com idade x :

$$p_x^{aa} = \frac{l_{x-1}^{aa}}{l_x^{aa}}$$

Por último a probabilidade de um ativo válido vir a falecer ainda válido e antes de atingir a idade $x+1$ é dada pelo complemento do somatório da probabilidade de um ativo válido de idade x sobreviver até atingir a idade $x+1$, com a probabilidade de um indivíduo (ativo ou não) de idade x se invalidar enquanto ainda possuir esta idade:

$$q_x^{aa} = 1 - (p_x^{aa} + i_x)$$

Com base nas fórmulas apresentadas, constrói-se a tábua de serviço desejada.

3.6. Anuidades

No âmbito atuarial, anuidades são valores probabilísticos atualizados do custo do pagamento de uma unidade monetária anual vitaliciamente a um indivíduo.

Descreveremos a seguir a formulação do cálculo das diversas anuidades utilizadas ao longo deste estudo.

Adotamos a hipótese de ocorrência dos sinistros no meio do exercício, ou seja, consideramos que a requisição dos benefícios se dê na metade do ano em que estes foram concedidos.

3.6.1. Anuidade Certa

Dimensiona o valor atual do custo do pagamento de uma certa unidade monetária anual por um período de n anos.

$$a_n = \sum_{t=0}^{n-1} v^t = \frac{1-v^n}{1-v}$$

Na fórmula acima, v corresponde ao fator de desconto financeiro e é dado por:

$$v = (1 + \text{taxa_real_anual_de_juros})^{-1}$$

3.6.2. Anuidade Simples

Dimensionada a valor atual probabilístico do custo do pagamento de uma unidade monetária anual vitaliciamente ao indivíduo de idade x .

$$\ddot{a}_{e_x | i} = \sum_{t=0}^{e_x} v^t$$

Onde e_x é a expectativa de vida definida pela tábua de mortalidade.

3.6.3. Anuidade de Pensão Para Dependentes

Dimensiona o valor atual probabilístico do pagamento de uma unidade monetária anual e vitalícia aos dependentes do servidor falecido com a idade x .

Consideramos como evento gerador de morte a tábua de mortalidade apontada como premissa de expectativa de vida.

O Benefício de Pensão é concedido ao cônjuge e aos dependentes. Portanto, há a necessidade de se estudar a composição familiar dos servidores de acordo com suas idades. Só deste modo torna-se viável a previsão atuarial do tempo de concessão do benefício. Resumindo, para um indivíduo de idade x , necessitamos da idade e a descrição (cônjuge e filhos) de cada um de seus dependentes.

Os dados reais dos servidores e dependentes são utilizados sempre que são fornecidos, porém na ausência destas informações precisas sobre os dependentes trabalhamos com tábuas que já prevêem o valor da anuidade a partir de uma estimativa estatística da composição média familiar do indivíduo de idade x . Em nosso estudo estes valores serão denotados por Hx .

Considerando a ocorrência do falecimento e o pagamento mensal do benefício, iremos trabalhar com:

$$H_x^{(12)} = \ddot{a}_x - \ddot{a}_{xy}$$

em que

\ddot{a}_x = anuidade do servidor;

\ddot{a}_{xy} = anuidade vidas conjuntas;

3.6.4. Anuidade de Pensão Para Inválidos

Dimensiona o valor atual probabilístico do pagamento anual de uma unidade monetária vitalícia aos pensionistas do inválido falecido de idade x . Sabendo ser o pagamento do benefício efetuado em parcelas mensais, temos:

$$a_x^i = \sum_{t=0}^{100-x} {}_t p_x^1 \cdot q_{x+t}^1 v^{t+1/2}$$

Na fórmula anterior, a primeira probabilidade seleciona os indivíduos que, uma vez inválidos ao atingirem a idade x , assim permaneçam (não venham a falecer) até atingirem a $x+t$ anos de idade. Dentro deste grupo, selecionamos aqueles que irão falecer aos $x+t$ anos, o que é feito pela Segunda probabilidade. O fator desconto financeiro recua o valor da anuidade de pensão até o tempo atual.

3.7. O Cálculo dos Encargos

Reunindo os dados fornecidos até então estamos aptos a estimar os custos do sistema, decorrentes do cumprimento do Plano de Benefícios. Devemos deixar claro que o ônus relativo a estes encargos é de responsabilidade do Município, que pode e deve introduzir mecanismo visando o equacionamento da questão.

O Regime Financeiro aplicado no cálculo dos encargos foi o de Capitalização pelo método do Crédito Unitário Projetado.

3.7.1. Encargos com a Aposentadoria Por Tempo de Serviço

Estes custos podem ser divididos em duas classes: aqueles correspondentes aos servidores que porventura já fizeram jus ao benefício (caso denominados elegíveis) e os responsáveis por cobrir os benefícios futuros dos servidores ativos. Além disto, devemos considerar também, os custos decorrentes da reversão da aposentadoria para pensão.

3.7.1.1. Elegíveis

Os encargos com os elegíveis, aqui computados, constituirão uma parte da chamada *Reserva de Benefícios a Conceder*, dada pela equação a seguir, onde x corresponde à idade do servidor:

$$ENCATSCAP = 13 \cdot BENTS \cdot a_x^{(12)}$$

O valor do benefício de Aposentadoria por Tempo de Serviço é multiplicado por 13 para levar em consideração os 12 meses de pagamento mensal mais o décimo terceiro salário.

3.7.1.2. Servidores Ativos

Os encargos com a Aposentadoria por Tempo de Serviço para servidores ativos que ainda não atendem aos requisitos mínimos de concessão de benefícios são expressos pela fórmula:

$$VABF = 13 \times BEN \times {}_{tf} p_x^{aa} \times v^{tf} \times \ddot{a}_{\overline{n}|i} \times FC$$

O valor x é a idade do servidor no momento da avaliação, ao passo que tf indica o tempo que falta para a aposentadoria deste. A primeira probabilidade indica o percentual de indivíduos ativos de idade x que sobreviverão ativos até completar o tempo de serviço necessário à sua aposentadoria. O fator de desconto financeiro traz à data presente o valor da anuidade, expressa em meses com base na expectativa de sobrevivência do servidor, na época de sua aposentadoria e FC é o fator que exprime o poder de compra do benefício.

3.7.1.3. Reversão para Pensão

São somadas neste item as despesas com a cobertura do pagamento de pensões aos dependentes de aposentadoria por Tempo de Serviço dos servidores públicos que vierem a falecer.

$$VABF = 13 \times BEN \times {}_{tf}p_x^{aa} \times v^{tf} \times H_x^{(12)} \times FC$$

$$H_x^{(12)} = \ddot{a}_x - \ddot{a}_{xy}$$

No cômputo de *ENCATSRV* *CAP*, $y=x+tf$ é a idade de aposentadoria do servidor sendo analisada. Para o benefício é necessário que o servidor ativo de idade x tenha sobrevivido à idade de aposentadoria (y) ainda ativo (o que nos é dado pela primeira probabilidade da fórmula acima). Além disto, após se aposentar, ele deverá ter sobrevivido à idade $y+t$ (isto é feito pela segunda probabilidade da equação dada), quando só então sucede seu falecimento (terceira probabilidade da fórmula). Por fim, o fator de desconto financeiro traz ao tempo atual o valor da anuidade de pensão concedida aos dependentes.

3.7.2. Encargos com a Aposentadoria por Idade

Neste tipo de Aposentadoria o custo será calculado em Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura.

3.7.2.1. Servidores Ativos

O Custo Normal com a Aposentadoria por Invalidez para servidores ativos são expressos pela fórmula:

$$CN_x = 13 \times BEN \times i_x \times a_x^i \times FC$$

3.7.2.2. Reversão para Pensão

São aqui computadas as despesas com o pagamento das pensões a ser concedida aos dependentes de aposentadoria por invalidez dos servidores públicos que vierem a falecer.

$$CN_x = 13 \times BEN \times q_x \times H_y^{(12)} \times FC$$

3.7.3. Encargos com Pensão por Morte em Atividade

São contabilizados, para efeito deste montante, os gastos com as pensões concedidas aos dependentes de servidores falecidos em atividade.

$$CN_x = 13 \times BEN \times q_x \times H_y^{(12)} \times FC$$

$$H_y^{(12)} = a_{xf:\overline{n}|} + {}_n/a_y$$

Adotada a hipótese de que o grupo família é constituído por um cônjuge e um filho mais novo.

Tal benefício é calculado pelo regime financeiro de repartição de capitais de cobertura.

3.8. Cálculo da Folha de Salários

Uma previsão atuarial para a folha salarial dos ativos e inativos ao longo dos anos vindouros baseia-se nas remunerações e proventos atuais dos servidores e é dada pela expressão:

$$FOLHAANUAL(t) = \sum_{s=1}^{NumServ} 13 \cdot REMUNERAÇÃO / PROVENTOS(s, t) \cdot p_x^{aa}$$

Onde *NumServ* é o número total de servidores ativos, REMUNERAÇÃO/PROVENTOS (*s, t*) é a remuneração atual do servidor *s* projetada atuarialmente para o tempo *t*. A probabilidade considerada é a do servidor de idade *x* permanecer ativo até a idade *x+t*.

A projeção atuarial da remuneração atual do servidor é feita levando em conta a taxa real anual de juros em conjunto com a curva salarial adotada.

Ao computarmos a folha salarial total, devemos trazer ao tempo atual os montantes encontrados em cada ano:

$$FOLHA = \sum_{t=0}^{y-x} v^t \cdot FOLHAANUAL(t)$$

Note que estes valores correspondem ao montante atualizado das projeções salariais de toda a massa de ativos e inativos do Município até a entrada em aposentadoria/pensão ou ocorrência de sinistro.

3.9. Cálculo das Taxas de Contribuição

As taxas de contribuição, calculadas em percentuais sobre a remuneração do servidor ativo, são computadas como vistas a suprir as despesas com os benefícios expressos no item 3.1..

3.10. Premissas da Nota Técnica Atuarial

O presente estudo atuarial foi realizado tendo como referência os seguintes pressupostos legais e premissas financeiro-atuariais:

3.10.1. Pressupostos Legais Básicos:

- Constituição Federal com as alterações realizadas, em especial, pela E.C. n° 20/98, E.C. n.º 41/03, E.C. n.º 47/05, E.C. n.º 70/12 e Lei Complementar n.º 10.887/04;
- Lei Federal n° 9.717, de 27.11.1998 com suas alterações posteriores;
- Portaria MPAS n° 4.992, de 05.02.1999 com suas alterações posteriores;
- Lei Federal n° 9.796, de 05.05.1999 (Compensação Previdenciária);
- Decreto n° 3.112, de 06.07.1999 (que regulamente a Lei n° 9.796);
- Lei Orgânica do Município;
- Lei Complementar Municipal;
- Portaria MPS n° 402, de 10.12.2008;
- Portaria MPS n° 403, de 10.12.2008;
- Portaria MPS n° 21, de 16.01.2013;

3.10.2. Premissas financeiro-atuariais

- Taxa real de juros de 6% aa. (máximo legalmente permitido);

- Crescimento salarial real conforme legislação municipal e simulação com evolução salarial de 1% aa.;
- Crescimento real dos benefícios do plano 0% aa.;
- Tábuas biométricas utilizadas: **IBGE 2014** (mortalidade de válidos e inválidos) e AV (entrada em invalidez);
- Compensação Previdenciária;
- Tempo de serviço anterior real;
- Proventos de aposentadoria e pensão pelas novas regras;
- Pagamento de 13 proventos anuais;
- Contribuição dos ativos e inativos sobre 13 remunerações anuais;
- Taxa de contribuição dos servidores ativos e inativos;
- Grupo familiar (para efeitos de pensão) real.
- Custo administrativo/ taxa de administração igual a 2%.

4. Avaliação Atuarial

4.1. Introdução

Uma avaliação atuarial tem como elementos principais:

- As informações dos servidores referentes a datas de nascimento e de admissão, tempo de serviço, dependentes e remuneração;
- Os parâmetros definidos a partir da legislação e dos objetivos no Município, tais como o Plano de Benefícios, a evolução salarial e o regime jurídico dos servidores;
- Os fatos atuariais calculados de acordo com as bases técnicas e a metodologia escolhida.

Cabe destacar a importância dos dados dos servidores, pois deles depende a confiabilidade dos resultados obtidos. De nada vale a adoção de modelos complexos sem que haja consistência nas informações utilizadas.

Neste trabalho elaboraremos o plano de custeio do Sistema Previdenciário do Município a partir do conjunto de parâmetros atuariais e financeiros (taxas de juros, de contribuição de Servidores Ativos, Compensação Previdenciária, adoção de carência, etc.) expostos e utilizados no decorrer deste processo de Avaliação Atuarial.

4.2. Resultados

Apresentaremos nesta seção, o Plano de Custeio obtido para o cenário proposto, computados com base na metodologia exposta neste documento. Todos os percentuais exibidos estão em função da folha de pagamento dos servidores ativos e inativos.

4.2.1. O Sistema Previdenciário

Nesta seção analisaremos a viabilidade financeira do atual Plano de Custeio do sistema previdenciário do Município. Para tal construiremos o cenário que se assemelhe ao da situação existente na Municipalidade. De posse deste cenário, avaliaremos o custo da concessão e manutenção dos benefícios nele contidos.

A seguir, descreveremos sucintamente, as hipóteses e parâmetros atuariais e financeiros adotados, associando-os à realidade vivida pelo Município. Para tal, nos baseamos além da Lei

Orgânica e do Estatuto do Servidor, nas legislações específicas em vigor tanto Federais como Municipais.

A Legislação analisada respeita os benefícios dos Servidores definidos e se mostra preocupada em garantir o futuro do Plano de Aposentadorias e Pensões dos Servidores Municipais. Entretanto devemos levantar algumas observações da realidade atual do Sistema que pode levar o RPPS a complicações políticas e financeiras.

Tão fundamental quanto a elaboração de uma legislação consistente é a realização da Avaliação Atuarial anual para a definição dos percentuais de contribuições previdenciárias a serem aplicados aos servidores, Prefeitura, Autarquias, Fundações e Câmara. Desta forma garantir-se-á um plano de custeio adequado a realidade de concessões de benefícios no Município.

Os contribuintes obrigatórios do RPPS são os servidores públicos ativos efetivos do Município que fizeram opção ao regime estatutário de trabalho e os aposentados e pensionistas também vinculados a este regime.

Para o processamento da Avaliação Atuarial, foi necessário computarmos o valor do último salário ou remuneração de contribuição do servidor ativo e dos inativos, pois as aposentadorias e pensões serão concedidas com base na integralidade destas remunerações ou na média dos 80% maiores últimos salários. Daí surge a necessidade de apurarmos o percentual de crescimento salarial dos servidores.

Consideramos como crescimento salarial:

- Adicional por Tempo de Serviço;
- Adicional de Magistério;

O primeiro adicional foi utilizado para todos os Servidores. Para os Servidores com direito a Aposentadoria por Magistério computamos também o Adicional de Magistério.

Quanto ao crescimento salarial utilizado no cenário apresentado neste estudo foi de **1%** ao ano.

O objetivo do estudo atuarial é reavaliar as fontes de custeio do plano de benefícios dos servidores Municipais.

Para o Plano Financeiro, elaboraremos uma previsão de gastos para todo o período de existencia da massa, a fim de proporcionar a base para o plano orçamentário do município.

Falar em capitalização como forma de financiamento de encargos previdenciários significa que cada participante do plano (servidor) irá constituir uma poupança (reserva) ao longo de sua vida laborativa que será utilizada para o pagamento de seu benefício. Dentro desta perspectiva, utilizamos a prerrogativa de que a população atual de servidores custeará os seus próprios benefícios, a partir do momento que fizerem jus aos mesmos. Deste modo, ao calcularmos os encargos e as receitas do sistema, levaremos em consideração somente os atuais participantes, ou seja, não consideraremos novas entradas na população atual.

4.2.2. Plano de Custeio para a Situação Atual Plano Financeiro

O cenário aqui analisado baseia-se na situação inicial proposta ao sistema para o Plano Financeiro, ou seja, utiliza parâmetros atuariais e financeiros que são adotados pelo Município, constituindo estes, as bases ideais ao modelo sendo a parte de contribuição previdenciária que cabe ao servidor em **11%** e a do Ente e demais autarquias em **11%**, comumente chamada de alíquota normal de contribuição patronal, no decorrer de todo o período de avaliação atuarial.

Tabela 7. O Plano de Custeio Plano Financeiro

Ativo Real	86.566.793,81
Taxa Inicial de Contribuição dos Ativos	11%
Taxa Inicial de Contribuição dos Inativos	11%
Taxa de Juros Real Anual	0%
Taxa de Crescimento Real Anual do Salário	1%
Carregamento Administrativo	2%
Taxa Inicial de Contribuição da Prefeitura/Câmara /Autarquia (Ativos)	11%
Taxa Total de Contribuição	22%
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente (Benefícios Concedidos)	0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ativo, Aposentado e Pensionista (Benefícios Concedidos)	1.540.268,26
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente (Benefícios a Conceder)	7.868.981,65
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ativo, Aposentado e Pensionista (Benefícios a Conceder)	14.050.102,15
Compensação Previdenciária	62.783.842,92
Valor Atual dos Benefícios Futuros a Conceder	435.191.472,41
Valor Atual dos Benefícios Futuros Concedidos	190.257.042,24
Resultado Atuarial	(452.638.525,87)
Despesas Administrativas	14.257.632,88

Os demonstrativos detalhados do Plano Financeiro, bem como os do Plano Previdenciário se encontram anexados no final dessa avaliação atuarial. **ANEXOS VI, VII e VIII.**

4.2.3. Plano de Custeio para a Situação Atual Plano Previdenciário

O cenário aqui analisado baseia-se na situação inicial proposta ao sistema, ou seja, utiliza parâmetros atuariais e financeiros que são adotados pelo Município, constituindo estes, as bases ideais ao modelo sendo a parte de contribuição previdenciária que cabe ao servidor em **11%** e a do Ente e demais autarquias em **19%**, comumente chamada de alíquota normal de contribuição patronal, no decorrer de todo o período de avaliação atuarial.

Tabela 8. O Plano de Custeio da Situação Atual Plano Previdenciário

Ativo Real	281.963.635,78
Taxa Inicial de Contribuição dos Ativos	11%
Taxa Inicial de Contribuição dos Inativos	11%
Taxa de Juros Real Anual	6%
Taxa de Crescimento Real Anual do Salário	1%
Carregamento Administrativo	2%
Taxa Inicial de Contribuição do Ente (Ativos)	19%
Taxa Total de Contribuição	30%
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente (Benefícios Concedidos)	0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ativo, Aposentado e	

Pensionista (Benefícios Concedidos)	441.326,51
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente (Benefícios a Conceder)	92.156.891,41
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ativo, Aposentado e Pensionista (Benefícios a Conceder)	72.782.161,25
Compensação Previdenciária	45.294.902,20
Valor Atual dos Benefícios Futuros a Conceder	267.575.500,25
Valor Atual dos Benefícios Futuros Concedidos	188.924.665,81
Resultado Atuarial	36.138.751,09
Despesas Administrativas	22.301.827,19

Como vemos no ensaio acima, a forma de contribuição por parte da Prefeitura, Câmara e Autarquia, bem como dos servidores, para custear o sistema previdenciário, conforme tabela (8) e de conformidade com a Lei 9717/98, mostra-se suficiente diante das taxas aplicadas, constituindo um resultado atuarial superavitário no valor de **R\$ 36.138.751,09**. As despesas administrativas representam o valor de **R\$ 22.301.827,19**, já subtraídas da alíquota patronal. **ANEXOS I, II e III.**

Definido assim o plano de contribuição por parte da Prefeitura, Câmara e Autarquias, sugerido para custear o sistema previdenciário, através de seus percentuais de contribuição normal da Prefeitura, autarquias e servidor, evidenciando que a contribuição da prefeitura e autarquias não ultrapasse o dobro da contribuição realizada pelo servidor, repasses por conta da compensação previdenciária e rendimentos de aplicações financeiras, fica estabelecido o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema de previdência, conforme exige a Legislação Previdenciária (Portaria nº 403 de 10 de dezembro de 2008).

4.2.4. Recomendações e Planos de Custeio

O plano de Custeio resultante deste cenário, cujos parâmetros refletem a realidade do Município onde foi considerado o crescimento médio real anual de salário de **1%** e carregamento administrativo de **2%**, apresentou uma taxa final de contribuição (Tabelas 7 e 8) suficiente demonstrando que com este procedimento o plano é viável dentro da realidade do Município e dentro dos parâmetros estabelecidos pela Lei 9.717/98.

As alíquotas de contribuição foram definidas com os percentuais de contribuição de **11%** para o servidor e de **19%** para a parte patronal para o Plano Previdenciário e em **11%** para o servidor e para a parte patronal no Plano Financeiro, em todos os 75 anos desta avaliação atuarial.

Definido assim o plano de contribuição por parte da Prefeitura, Câmara, Fundações e Autarquias, sugeridos para custear o sistema previdenciário, de conformidade com a Lei 9717/98, através de seus percentuais de contribuição normal da prefeitura, autarquias e servidor, evidenciando que a contribuição normal da prefeitura e autarquias não ultrapasse o dobro da contribuição realizada pelo servidor, repasses por conta da compensação previdenciária e rendimentos de aplicações financeiras, fica equacionado o déficit atuarial com a segregação de massas, conforme exige a Legislação Previdenciária (Portaria nº 403 de 10 de dezembro de 2008 e Portaria nº 21 de 16 de janeiro de 2013).

Os cenários processados ajustam-se perfeitamente as necessidades do **Município de Varginha**, refletindo o avanço do raciocínio dos técnicos envolvidos neste projeto. Assim, procuramos expor toda a metodologia empregada, desde a idéia inicial até o modelo analisado. A escolha do cenário foi uma decisão político-financeira onde se consideraram as aspirações e necessidades do Instituto, bem como as disponibilidades financeiras do Município.

4.3. Parecer Atuarial Plano Previdenciário

Face aos resultados obtidos, levando em consideração os dados dos servidores municipais referentes à 30 de novembro de 2016 do **Município de Varginha** e a legislação vigente (Lei nº. 9.717, Emendas Constitucionais nº. 20, nº. 41, nº. 47 e nº. 70, Portaria MPAS nº. 4.992/99, 402/08, 403/08, 21/13, 440/13 e leis locais em vigor), bem como as premissas básicas de cálculo e metodologia aplicada, pode-se concluir que:

O Regime Próprio de Previdência dos Servidores Municipais de Varginha possui um sistema de cadastro atualizado semestralmente no que diz respeito aos servidores inativos e pensionistas e está procedendo ao cadastramento dos servidores ativos no momento da admissão, apresentando uma base cadastral consistente. Foram contemplados **2.305 servidores ativos, 648 aposentados e 172 pensionistas**.

O Instituto aplica atualmente alíquota normal de contribuição previdenciária de **19%** da parte patronal e **11%** da parte do servidor. O Ativo Real do Regime é de **R\$ 281.963.635,78**, e o superávit apurado para o exercício é de **R\$ 36.138.751,09**. As despesas administrativas representam **2%** dos **19%** da alíquota patronal normal, ou seja, tais despesas foram computadas no cálculo atuarial, representando um total de **R\$ 22.301.827,19**.

Os rendimentos provenientes dos investimentos do ativo disponível apresentaram resultado **16,05%**, ficando **3,38%** acima da meta atuarial definida em **12,67%** (IPCA+6%), o que representa uma superação da meta em **56,33%**. O resultado obtido, superando a meta atuarial, contribuiu para uma melhora na solvência do plano de previdência.

Portanto, dentro da proposta de equilíbrio atuarial, está a alíquota de contribuição previdenciária sugerida, aporte financeiro e de recursos provenientes de processos de compensação previdenciária entre o Instituto e o Ministério da Previdência Social, bem como aplicação dos recursos financeiros disponíveis no mercado de investimentos, uma perfeita administração nos custos de manutenção do Instituto de Previdência e uma correta avaliação na concessão dos processos de aposentadoria e pensão, visando o equilíbrio no regime, de uma forma mais rápida e consistente.

É necessário salientar a importância do repasse regular da quota de contribuição previdenciária ao Instituto, do Município e suas autarquias, o que permitirá, através de uma eficiente administração de recursos, a melhora da situação financeira do Regime Próprio de Previdência, visto que qualquer necessidade financeira do Regime recairá sobre o custo especial/suplementar para o ente, em futuras avaliações atuariais.

Comparativos dos últimos 3 exercícios

	2014	2015	2016
Ativo	210.945.377,51	237.627.727,50	281.963.635,78
Alíquota Praticada	30%	30%	30%
Resultado (Aliq Prat 75anos)	+ 15.737.366,05	+ 33.229.142,14	+ 36.138.751,09
Número de Servidores	2.305	2.340	2.305
Despesa com Servidores	3.776.021,40	4.318.665,68	4.583.484,05
Número de Aposentados	589	608	648
Despesa com Aposentados	817.201,59	932.609,33	1.102.997,73
Número de Pensionistas	157	172	172
Despesa com Pensionistas	172.123,68	209.625,96	220.888,32

Podemos observar um pequeno aumento no superávit que se deu principalmente pelos resultados das aplicações financeiras, que juntamente com o baixo aumento salarial conferido no exercício foi suficiente para absorver os impactos da mudança na tábua de mortalidade da IBGE2012 para a IBGE2014.

Crescimento Salarial			
2014/2013	2015/2014	2016/2015	Média
0,95	0,91	0,52	0,79%

Como podemos observar o crescimento observado está abaixo do limite mínimo estabelecido pela portaria, desta forma o crescimento salarial utilizado no cenário apresentado neste estudo foi definido através da alíquota limite permitida, que corresponde a **1%** ao ano.

Para a taxa real de crescimento dos benefícios do plano foi usada a taxa de 0%.

Abaixo apresentaremos os resultados de forma conclusiva, como devem ser apresentados ao MPS através da postagem do Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial, segundo as instruções de preenchimento.

F.1. Idade hipotética, por sexo, adotada nesta avaliação como primeira vinculação a qualquer regime previdenciário para suprir deficiência cadastral no cálculo da estimativa do tempo de contribuição, ou a justificativa técnica pertinente, conforme quadro:

Idade hipotética adotada nesta avaliação como primeira vinculação a regime previdenciário - Masculino	27,69
Idade hipotética adotada nesta avaliação como primeira vinculação a regime previdenciário - Feminino	26,97
Justificativa Técnica: É a média apurada através da base de dados livre de inconsistências, com recadastramento atualizado, da data de entrada dos servidores ativos.	

F.2. Idade média projetada, por sexo, verificada na avaliação atuarial para a aposentadoria programada dos servidores válidos, conforme quadro:

Idade Média Projetada para a aposentadoria programada - Não Professores - Masculino	63,93
Idade Média Projetada para a aposentadoria programada - Não Professores - Feminino	59,31
Idade Média Projetada para a aposentadoria programada - Professores - Masculino	59,52
Idade Média Projetada para a aposentadoria programada - Professores - Feminino	54,12

F.3. A Meta Atuarial (Bruta = juros + inflação) em 2016 conforme a Política de Investimentos, a rentabilidade nominal (Bruta = Juros+Inflação) em 2016 auferida na aplicação dos recursos do RPPS calculada com base na Taxa Interna de Retorno (TIR) anualizada, percentual da inflação anual identificando o indexador e a justificativa técnica quanto à adequação da taxa de juros reais adotada na avaliação comparada à rentabilidade auferida na aplicação dos recursos do RPPS e o estabelecido na Política de Investimentos, conforme quadro - (em percentuais):

Meta Atuarial (Bruta = juros + inflação) em 2016 - Política de Investimentos	12,67
Rentabilidade nominal (Bruta = juros + inflação) em 2016	16,05
Inflação anual - 2016:	6,67
Indexador:	IPCA
Justificativa Técnica: Limite prudencial permitido pela portaria MPS 403/08.	

F.4. A justificativa técnica para eventuais discrepâncias da taxa anual real de crescimento da remuneração adotada nesta avaliação e a média da taxa anual real de crescimento da remuneração dos últimos três anos, conforme quadro:

Taxa média anual real de crescimento da remuneração nos últimos três anos	1%
Justificativa Técnica: Limite permitido pela portaria, a formulação exigida pelo MPS não é suficiente para analisar o real crescimento salarial.	

F.5. A justificativa técnica para eventuais discrepâncias da taxa anual real de crescimento dos benefícios do plano adotada nesta avaliação comparada com a verificada na análise dos benefícios, conforme quadro:

Taxa média anual real de crescimento dos benefícios verificada na análise dos benefícios	0%
Justificativa Técnica: Valor prudencial permitido pela portaria MPS 403/08.	

F.6. No caso de plano de amortização do déficit atuarial, consignar neste Parecer somente a opção escolhida pelo ente e RPPS, informando ano a ano as alíquotas ou os valores dos aportes, conforme o caso, observado o prazo de amortização remanescente:

O Plano Capitalizado está em equilíbrio financeiro e atuarial e não necessita de plano de amortização.

Assim, diante dos argumentos aqui expostos, salientamos que os resultados desta avaliação atuarial são extremamente sensíveis às variações das hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos e que, modificações futuras destes fatores, poderão implicar variações substanciais nos resultados atuariais, devendo com isto ressaltar que os senhores dirigentes continuem atentos a estas considerações e cientes de sua significância nos rumos que tomará o **Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Varginha**.



André Grau
Atuário IBA 2372

4.4. Parecer Atuarial Plano Financeiro

Face aos resultados obtidos, levando em consideração os dados dos servidores municipais referentes à 30 de novembro de 2016 do **Município de Varginha** e a legislação vigente (Lei nº. 9.717, Emendas Constitucionais nº. 20, nº. 41, nº. 47 e nº. 70, Portaria MPAS nº. 4.992/99, 402/08, 403/08, 21/13, 440/13 e leis locais em vigor), bem como as premissas básicas de cálculo e metodologia aplicada, pode-se concluir que:

O Regime Próprio de Previdência dos Servidores Municipais de Varginha possui um sistema de cadastro atualizado semestralmente no que diz respeito aos servidores inativos e pensionistas e está procedendo ao cadastramento dos servidores ativos no momento da admissão, apresentando uma base cadastral consistente. Foram contemplados **520 servidores ativos, 258 aposentados e 6 pensionistas**.

O Instituto aplica atualmente alíquota normal de contribuição previdenciária de **11%** da parte patronal e **11%** da parte do servidor. O Ativo Real do Regime é de **R\$ 86.566.793,81**, e o déficit apurado para o exercício é de **R\$ 452.638.525,87**. As despesas administrativas representam **2%** dos **11%** da alíquota patronal normal, ou seja, tais despesas foram computadas no cálculo atuarial, representando um total de **R\$ 14.257.632,88**.

Portanto, dentro da proposta de equilíbrio atuarial, está a alíquota de contribuição previdenciária sugerida, aporte financeiro e de recursos provenientes de processos de compensação previdenciária entre o Instituto e o Ministério da Previdência Social, bem como aplicação dos recursos financeiros disponíveis no mercado de investimentos, uma perfeita administração nos custos de manutenção do Instituto de Previdência e uma correta avaliação na concessão dos processos de aposentadoria e pensão, visando o equilíbrio no regime, de uma forma mais rápida e consistente.

É necessário salientar a importância do repasse regular da quota de contribuição previdenciária ao Instituto, do Município e suas autarquias, o que permitirá, através de uma eficiente administração de recursos, a melhora da situação financeira do Regime Próprio de Previdência, visto que qualquer necessidade financeira do Regime recairá sobre o custo especial/suplementar para o ente, em futuras avaliações atuariais.

Comparativos dos últimos 3 exercícios

	2014	2015	2016
Ativo	84.673.329,40	86.190.788,47	86.566.793,81
Alíquota Praticada	22%	22%	22%
Resultado (Aliq Prat 75anos)	- 395.752.347,81	- 426.028.220,63	- 452.638.525,87
Número de Servidores	651	588	520
Despesa com Servidores	1.514.212,27	1.515.270,16	1.426.620,50
Número de Aposentados	149	214	258
Despesa com Aposentados	352.101,81	535.792,11	703.590,01
Número de Pensionistas	6	7	6
Despesa com Pensionistas	11.162,56	13.616,80	14.015,84

Observamos um aumento no déficit atuarial causado pela mudança na tábua de mortalidade da IBGE 2012 para a IBGE 2014, o que causou um impacto de cerca de 5% de aumento no VABF do plano.

Crescimento Salarial			
2014/2013	2015/2014	2016/2015	Média
0,89	0,91	0,52	0,77%

Como podemos observar o crescimento observado está abaixo do limite mínimo estabelecido pela portaria, desta forma o crescimento salarial utilizado no cenário apresentado neste estudo foi definido através da alíquota limite permitida, que corresponde a **1%** ao ano.

Para a taxa real de crescimento dos benefícios do plano foi usada a taxa de 0%.

Abaixo apresentaremos os resultados de forma conclusiva, como devem ser apresentados ao MPS através da postagem do Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial, segundo as instruções de preenchimento.

F.1. Idade hipotética, por sexo, adotada nesta avaliação como primeira vinculação a qualquer regime previdenciário para suprir deficiência cadastral no cálculo da estimativa do tempo de contribuição, ou a justificativa técnica pertinente, conforme quadro:

Idade hipotética adotada nesta avaliação como primeira vinculação a regime previdenciário - Masculino	21,63
Idade hipotética adotada nesta avaliação como primeira vinculação a regime previdenciário - Feminino	22,67
Justificativa Técnica: É a média apurada através da base de dados livre de inconsistências, com recadastramento atualizado, da data de entrada dos servidores ativos.	

F.2. Idade média projetada, por sexo, verificada na avaliação atuarial para a aposentadoria programada dos servidores válidos, conforme quadro:

Idade Média Projetada para a aposentadoria programada - Não Professores - Masculino	60,32
Idade Média Projetada para a aposentadoria programada - Não Professores - Feminino	55,51
Idade Média Projetada para a aposentadoria programada - Professores - Masculino	60,36
Idade Média Projetada para a aposentadoria programada - Professores - Feminino	56,12

F.3. A justificativa técnica para eventuais discrepâncias da taxa anual real de crescimento da remuneração adotada nesta avaliação e a média da taxa anual real de crescimento da remuneração dos últimos três anos, conforme quadro:

Taxa média anual real de crescimento da remuneração nos últimos três anos	1%
Justificativa Técnica: Limite permitido pela portaria, a formulação exigida pelo MPS não é suficiente para analisar o real crescimento salarial.	

F.4. A justificativa técnica para eventuais discrepâncias da taxa anual real de crescimento dos benefícios do plano adotada nesta avaliação comparada com a verificada na análise dos benefícios, conforme quadro:

Taxa média anual real de crescimento dos benefícios verificada na análise dos benefícios	0%
Justificativa Técnica: Valor prudencial permitido pela portaria 403/08.	

Assim, diante dos argumentos aqui expostos, salientamos que os resultados desta avaliação atuarial são extremamente sensíveis às variações das hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos e que, modificações futuras destes fatores, poderão implicar variações substanciais nos resultados atuariais, devendo com isto ressaltar que os senhores dirigentes continuem atentos a estas considerações e cientes de sua significância nos rumos que tomará o **Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Varginha**.



André Grau
Atuário IBA 2372

5. Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial

Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial - 2017

MG - PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGINHA

CNPJ : **09215261000101**

SIAFI :

Cadastro de

Nome do Plano : **Plano Previdenciário do Município de Varginha-MG**

QUADRO 1 - Dados do Regime Próprio de Previdência – RPPS

1.1 Avaliação Atuarial

<p>Data da Avaliação: 31/12/2016 Data-Base: 30/11/2016</p> <p>Descrição da População Ativos, Aposentados e pensionistas que se encontravam vinculados ao INPREV na Coberta: data base do estudo atuarial.</p>
--

1.2 Plano de Benefícios, Regime Financeiro e Método de Financiamento

Benefícios do Plano		Regime Financeiro *	Método **
Sim	Aposentadorias por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória	CAP	PUC
Sim	Aposentadoria por Invalidez	RCC	UC
Sim	Pensão por Morte de segurado Ativo	RCC	UC
Sim	Pensão por Morte de Aposentado por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória	CAP	PUC
Sim	Pensão por Morte de Aposentado por Invalidez	RCC	PUC
	Auxílio-doença		
	Salário-maternidade		
	Auxílio-reclusão		
	Salário-família		

QUADRO 2 - Hipóteses

2.1 Hipóteses Financeiras

Hipóteses	Valores
Taxa de Juros Real	6,00
Taxa Real de Crescimento do Salário por Mérito	1,00
Projeção de Crescimento Real do Salário por Produtividade	0,00
Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano	0,00
Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo Dos Salários	100,00
Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo Dos Benefícios	100,00

2.2 Hipóteses Biométricas

Hipóteses	Valores
Novos Entrados *	nulo
Tábua de Mortalidade de Válido (evento gerador morte)	IBGE 2014
Tábua de Mortalidade de Válido (evento gerador sobrevivência)	IBGE 2014
Tábua de Mortalidade de Inválido **	IBGE 2014
Tábua de Entrada em Invalidez ***	álvaro vindas
Tábua de Morbidez	
Outras Tábuas utilizadas	
Composição Familiar	Dados reais obtidos do cadastro do INPREV.

QUADRO 3 - Resultados

3.1 Valores

Campos	Valores da avaliação atuarial em R\$ *	
	Benefícios - Regime de Capitalização	Benefícios - Regime de Repartição
Ativo do Plano	281.963.635,78	
Valor Atual dos Salários Futuros	658.263.510,09	
Valor Atual dos Benefícios Futuros (Benefícios a conceder)	267.575.500,25	
Valor Atual dos Benefícios Futuros (Benefícios concedidos)	188.924.665,81	
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente (Benefícios Concedidos)	0,00	
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ativo, Aposentado e Pensionista (Benefícios Concedidos)	441.326,51	
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente (Benefícios a Conceder)	92.156.891,41	
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ativo, Aposentado e Pensionista (Benefícios a Conceder)	72.782.161,25	
Valor Atual da Compensação Previdenciária a Receber	45.294.902,20	
Valor Atual da Compensação Previdenciária a Pagar	0,00	
Resultado Atuarial: (+) Superávit / (-) Déficit	+ 36.138.751,09	

3.2 Plano de Custeio - Alíquotas de Equilíbrio Definidas na Avaliação Atuarial

Contribuinte	Custo Normal *	Custo Suplementar *
Ente Público	19,00	0,00
Servidor Ativo	11,00	0,00
Servidor Aposentado	11,00	0,00
Pensionista	11,00	0,00
Base de Incidência das Contribuições do Ente Público **	FRA	FRA

3.3 Plano de Custeio por Benefício - Alíquotas de Equilíbrio Definidas na Avaliação Atuarial

Benefício	Custo Normal *	Custo Suplementar *
Aposentadoria por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória	20,13	0,00
Aposentadoria por Invalidez	2,08	0,00
Pensão por Morte de Segurado Ativo	0,71	0,00
Pensão por Morte de Aposentado por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória	4,87	0,00
Pensão por Morte de Aposentado por Invalidez	0,21	0,00
Auxílio Doença	0,00	0,00
Salário Maternidade	0,00	0,00
Auxílio Reclusão	0,00	0,00
Salário Família	0,00	0,00
Base de Incidência das Contribuições **	FRA	FRA

QUADRO 4 - Estatísticas

Situação da População Coberta	Quantidade		Remuneração Média (R\$) *		Idade Média	
	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Sexo Masculino
Ativos	1601	704	1.984,28	1.998,09	42	42
Aposentados por Tempo de Contribuição	162	107	2.616,32	2.021,14	62	69
Aposentados por Idade	119	66	1.080,44	1.039,28	68	75
Aposentados Compulsória	2	6	981,51	1.021,05	81	78
Aposentados por Invalidez	120	66	1.312,58	1.517,10	59	62
Pensionistas	125	47	1.257,22	1.356,09	63	48

QUADRO 5 - Projeção Atuarial

Exercício	Receitas	Despesas	Resultado
2017	16.001.852,31	17.888.171,32	280.077.316,76
2018	15.161.559,97	17.098.784,71	278.140.092,02
2019	14.315.095,47	16.651.118,68	275.804.068,80
2020	13.477.495,48	16.394.274,45	272.887.289,84
2021	12.659.982,06	16.298.572,01	269.248.699,89
2022	11.861.701,41	16.274.435,60	264.835.965,69
2023	11.111.090,53	16.163.232,48	259.783.823,74
2024	10.356.436,80	16.147.473,98	253.992.786,56
2025	9.623.214,20	16.087.058,79	247.528.941,97
2026	8.974.064,42	15.842.581,23	240.660.425,16
2027	8.366.776,18	15.445.504,96	233.581.696,38
2028	7.739.411,51	15.283.213,72	226.037.894,17
2029	7.168.295,58	14.934.144,13	218.272.045,62
2030	6.657.881,39	14.410.437,24	210.519.489,77
2031	6.148.817,28	13.961.613,11	202.706.693,94
2032	5.677.518,90	13.361.232,72	195.022.980,13
2033	5.215.272,72	12.959.047,53	187.279.205,32
2034	4.767.633,01	12.531.674,13	179.515.164,20
2035	4.300.765,35	12.314.219,01	171.501.710,54
2036	3.865.896,81	11.999.152,16	163.368.455,19
2037	3.488.218,81	11.570.897,98	155.285.776,02
2038	3.107.816,67	11.314.125,44	147.079.467,24
2039	2.767.234,38	10.741.423,44	139.105.278,19
2040	2.437.825,69	10.407.227,46	131.135.876,41
2041	2.146.875,64	10.006.768,96	123.275.983,09
2042	1.871.100,63	9.477.863,51	115.669.220,22
2043	1.641.069,18	9.028.742,31	108.281.547,09
2044	1.432.696,72	8.557.781,44	101.156.462,36
2045	1.194.511,55	8.236.693,84	94.114.280,08
2046	1.012.306,10	7.754.574,20	87.372.011,98
2047	882.133,54	7.186.472,01	81.067.673,51
2048	780.319,57	6.567.526,73	75.280.466,35
2049	683.062,84	5.921.522,98	70.042.006,22
2050	575.003,62	5.385.222,91	65.231.786,93
2051	496.471,89	4.901.738,35	60.826.520,47
2052	435.940,66	4.370.760,07	56.891.701,06
2053	381.820,93	3.854.751,12	53.418.770,87
2054	342.040,41	3.465.922,80	50.294.888,47
2055	302.681,89	3.070.474,74	47.527.095,63
2056	263.835,85	2.674.668,54	45.116.262,94
2057	225.684,25	2.286.915,39	43.055.031,80
2058	186.126,00	1.884.848,05	41.356.309,74
2059	151.175,96	1.532.708,08	39.974.777,62
2060	118.076,20	1.200.037,08	38.892.816,74
2061	88.444,29	898.615,93	38.082.645,10
2062	67.514,15	686.328,42	37.463.830,83
2063	49.294,82	501.461,66	37.011.663,99
2064	34.805,53	353.701,61	36.692.767,91
2065	23.277,64	236.359,32	36.479.686,23
2066	14.745,98	149.766,60	36.344.665,61
2067	9.293,12	94.491,90	36.259.466,83
2068	5.414,87	55.253,79	36.209.627,91
2069	3.402,29	34.717,24	36.178.312,96

2070	2.009,93	20.509,49	36.159.813,40
2071	1.060,06	10.816,95	36.150.056,51
2072	674,49	6.882,52	36.143.848,48
2073	392,21	4.002,12	36.140.238,57
2074	135,59	1.383,54	36.138.990,61
2075	26,02	265,55	36.138.751,09
2076	0,00	0,00	36.138.751,09
2077	0,00	0,00	36.138.751,09
2078	0,00	0,00	36.138.751,09
2079	0,00	0,00	36.138.751,09
2080	0,00	0,00	36.138.751,09
2081	0,00	0,00	36.138.751,09
2082	0,00	0,00	36.138.751,09
2083	0,00	0,00	36.138.751,09
2084	0,00	0,00	36.138.751,09
2085	0,00	0,00	36.138.751,09
2086	0,00	0,00	36.138.751,09
2087	0,00	0,00	36.138.751,09
2088	0,00	0,00	36.138.751,09
2089	0,00	0,00	36.138.751,09
2090	0,00	0,00	36.138.751,09
2091	0,00	0,00	36.138.751,09

QUADRO 6 - Parecer Atuarial

Face aos resultados obtidos, levando em consideração os dados dos servidores municipais referentes à 30 de novembro de 2016 do **Município de Varginha** e a legislação vigente (Lei nº. 9.717, Emendas Constitucionais nº. 20, nº. 41, nº. 47 e nº. 70, Portaria MPAS nº. 4.992/99, 402/08, 403/08, 21/13, 440/13 e leis locais em vigor), bem como as premissas básicas de cálculo e metodologia aplicada, pode-se concluir que:

O Regime Próprio de Previdência dos Servidores Municipais de Varginha possui um sistema de cadastro atualizado semestralmente no que diz respeito aos servidores inativos e pensionistas e está procedendo ao cadastramento dos servidores ativos no momento da admissão, apresentando uma base cadastral consistente. Foram contemplados **2.305 servidores ativos, 648 aposentados e 172 pensionistas.**

O Instituto aplica atualmente alíquota normal de contribuição previdenciária de **19%** da parte patronal e **11%** da parte do servidor. O Ativo Real do Regime é de **R\$ 281.963.635,78**, e o superávit apurado para o exercício é de **R\$ 36.138.751,09**. As despesas administrativas representam **2%** dos **19%** da alíquota patronal normal, ou seja, tais despesas foram computadas no cálculo atuarial, representando um total de **R\$ 22.301.827,19**.

Os rendimentos provenientes dos investimentos do ativo disponível apresentaram resultado **16,05%**, ficando **3,38%** acima da meta atuarial definida em **12,67%** (IPCA+6%), o que representa uma superação da meta em **56,33%**. O resultado obtido, superando a meta atuarial, contribuiu para uma melhora na solvência do plano de previdência.

Portanto, dentro da proposta de equilíbrio atuarial, está a alíquota de contribuição previdenciária sugerida, aporte financeiro e de recursos provenientes de processos de compensação previdenciária entre o Instituto e o Ministério da Previdência Social, bem como aplicação dos recursos financeiros disponíveis no mercado de investimentos, uma perfeita administração nos custos de manutenção do Instituto de Previdência e uma correta avaliação na

concessão dos processos de aposentadoria e pensão, visando o equilíbrio no regime, de uma forma mais rápida e consistente.

É necessário salientar a importância do repasse regular da quota de contribuição previdenciária ao Instituto, do Município e suas autarquias, o que permitirá, através de uma eficiente administração de recursos, a melhora da situação financeira do Regime Próprio de Previdência, visto que qualquer necessidade financeira do Regime recairá sobre o custo especial/suplementar para o ente, em futuras avaliações atuariais.

Comparativos dos últimos 3 exercícios

	2014	2015	2016
Ativo	210.945.377,51	237.627.727,50	281.963.635,78
Alíquota Praticada	30%	30%	30%
Resultado (Aliq Prat 75anos)	+ 15.737.366,05	+ 33.229.142,14	+ 36.138.751,09
Número de Servidores	2.305	2.340	2.305
Despesa com Servidores	3.776.021,40	4.318.665,68	4.583.484,05
Número de Aposentados	589	608	648
Despesa com Aposentados	817.201,59	932.609,33	1.102.997,73
Número de Pensionistas	157	172	172
Despesa com Pensionistas	172.123,68	209.625,96	220.888,32

Podemos observar um pequeno aumento no superávit que se deu principalmente pelos resultados das aplicações financeiras, que juntamente com o baixo aumento salarial conferido no exercício foi suficiente para absorver os impactos da mudança na tábua de mortalidade da IBGE2012 para a IBGE2014.

Crescimento Salarial			
2014/2013	2015/2014	2016/2015	Média
0,95	0,91	0,52	0,79%

Como podemos observar o crescimento observado está abaixo do limite mínimo estabelecido pela portaria, desta forma o crescimento salarial utilizado no cenário apresentado neste estudo foi definido através da alíquota limite permitida, que corresponde a **1%** ao ano.

Para a taxa real de crescimento dos benefícios do plano foi usada a taxa de 0%.

Abaixo apresentaremos os resultados de forma conclusiva, como devem ser apresentados ao MPS através da postagem do Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial, segundo as instruções de preenchimento.

F.1. Idade hipotética, por sexo, adotada nesta avaliação como primeira vinculação a qualquer regime previdenciário para suprir deficiência cadastral no cálculo da estimativa do tempo de contribuição, ou a justificativa técnica pertinente, conforme quadro:

Idade hipotética adotada nesta avaliação como primeira vinculação a regime previdenciário - Masculino	27,69
Idade hipotética adotada nesta avaliação como primeira vinculação a regime previdenciário - Feminino	26,97
Justificativa Técnica: É a média apurada através da base de dados livre de inconsistências, com recadastramento atualizado, da data de entrada dos servidores ativos.	

F.2. Idade média projetada, por sexo, verificada na avaliação atuarial para a aposentadoria programada dos servidores válidos, conforme quadro:

Idade Média Projetada para a aposentadoria programada - Não Professores – Masculino	63,93
Idade Média Projetada para a aposentadoria programada - Não Professores – Feminino	59,31
Idade Média Projetada para a aposentadoria programada - Professores – Masculino	59,52
Idade Média Projetada para a aposentadoria programada - Professores – Feminino	54,12

F.3. A Meta Atuarial (Bruta = juros + inflação) em 2016 conforme a Política de Investimentos, a rentabilidade nominal (Bruta = Juros+Inflação) em 2016 auferida na aplicação dos recursos do RPPS calculada com base na Taxa Interna de Retorno (TIR) anualizada, percentual da inflação anual identificando o indexador e a justificativa técnica quanto à adequação da taxa de juros reais adotada na avaliação comparada à rentabilidade auferida na aplicação dos recursos do RPPS e o estabelecido na Política de Investimentos, conforme quadro - (em percentuais):

Meta Atuarial (Bruta = juros + inflação) em 2016 - Política de Investimentos	12,67
Rentabilidade nominal (Bruta = juros + inflação) em 2016	16,05
Inflação anual – 2016:	6,67
Indexador:	IPCA
Justificativa Técnica: Limite prudencial permitido pela portaria MPS 403/08.	

F.4. A justificativa técnica para eventuais discrepâncias da taxa anual real de crescimento da remuneração adotada nesta avaliação e a média da taxa anual real de crescimento da remuneração dos últimos três anos, conforme quadro:

Taxa média anual real de crescimento da remuneração nos últimos três anos	1%
Justificativa Técnica: Limite permitido pela portaria, a formulação exigida pelo MPS não é suficiente para analisar o real crescimento salarial.	

F.5. A justificativa técnica para eventuais discrepâncias da taxa anual real de crescimento dos benefícios do plano adotada nesta avaliação comparada com a verificada na análise dos benefícios, conforme quadro:

Taxa média anual real de crescimento dos benefícios verificada na análise dos benefícios	0%
Justificativa Técnica: Valor prudencial permitido pela portaria MPS 403/08.	

F.6. No caso de plano de amortização do déficit atuarial, consignar neste Parecer somente a opção escolhida pelo ente e RPPS, informando ano a ano as alíquotas ou os valores dos aportes, conforme o caso, observado o prazo de amortização remanescente:

O Plano Capitalizado está em equilíbrio financeiro e atuarial e não necessita de plano de amortização.

Assim, diante dos argumentos aqui expostos, salientamos que os resultados desta avaliação atuarial são extremamente sensíveis às variações das hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos e que, modificações futuras destes fatores, poderão implicar variações substanciais nos resultados atuariais, devendo com isto ressaltar que os senhores dirigentes continuem atentos a estas considerações e cientes de sua significância nos rumos que tomará o **Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Varginha**.



QUADRO 7 – Certificado

Certifico para os devidos fins, que este Demonstrativo representa o Resumo do Cálculo Atuarial por mim realizado, sendo os resultados de minha inteira responsabilidade para quaisquer aspectos legais.

7.1 Atuário Responsável pela Avaliação

Nome: **André Sablewski Grau**
MIBA: **2372**
CPF: **313.458.998-23**
Correio eletrônico: **andregrau@gmail.com**
Telefone: **(016) 99165-7754**

Certifico para os devidos fins, que este é o Demonstrativo Oficial, referente ao exercício em questão, estando ciente das informações repassadas pelo atuário responsável técnico.

7.2 Representante Legal do RPPS

Nome: **Edson Crepaldi Retori**
Cargo: **Diretor Presidente**
CPF: **214.239.546-53**
Correio eletrônico: **diretoria@inprev-varginha.com.br**
Telefone: **(035) 3221-2419**

Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial - 2017

MG - PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGINHA

CNPJ : **09215261000101**

SIAFI :

Cadastro de

Nome do Plano : **Plano Financeiro do Município de Varginha-MG**

QUADRO 1 - Dados do Regime Próprio de Previdência – RPPS

1.2 Avaliação Atuarial

<p>Data da Avaliação: 31/12/2016 Data-Base: 30/11/2016</p> <p>Descrição da População Ativos, Aposentados e pensionistas que se encontravam vinculados ao Coberta: INPREV na data base do estudo atuarial.</p>

1.2 Plano de Benefícios, Regime Financeiro e Método de Financiamento

Benefícios do Plano		Regime Financeiro *	Método **
Sim	Aposentadorias por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória	RS	
Sim	Aposentadoria por Invalidez	RS	
Sim	Pensão por Morte de segurado Ativo	RS	
Sim	Pensão por Morte de Aposentado por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória	RS	
Sim	Pensão por Morte de Aposentado por Invalidez	RS	
	Auxílio-doença		
	Salário-maternidade		
	Auxílio-reclusão		
	Salário-família		

QUADRO 2 - Hipóteses

2.1 Hipóteses Financeiras

Hipóteses	Valores
Taxa de Juros Real	0,00
Taxa Real de Crescimento do Salário por Mérito	1,00
Projeção de Crescimento Real do Salário por Produtividade	0,00
Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano	0,00
Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo Dos Salários	100,00
Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo Dos Benefícios	100,00

2.2 Hipóteses Biométricas

Hipóteses	Valores
Novos Entrados *	nulo
Tábua de Mortalidade de Válido (evento gerador morte)	IBGE 2014
Tábua de Mortalidade de Válido (evento gerador sobrevivência)	IBGE 2014
Tábua de Mortalidade de Inválido **	IBGE 2014
Tábua de Entrada em Invalidez ***	Álvaro vindas
Tábua de Morbidez	
Outras Tábuas utilizadas	
Composição Familiar	Dados reais obtidos do cadastro do INPREV.

QUADRO 3 - Resultados

3.1 Valores

Campos	Valores da avaliação atuarial em R\$ *	
	Benefícios - Regime de Capitalização	Benefícios - Regime de Repartição
Ativo do Plano	86.566.793,81	
Valor Atual dos Salários Futuros	87.433.129,45	
Valor Atual dos Benefícios Futuros (Benefícios a conceder)	435.191.472,41	
Valor Atual dos Benefícios Futuros (Benefícios concedidos)	190.257.042,24	
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente (Benefícios Concedidos)	0,00	
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ativo, Aposentado e Pensionista (Benefícios Concedidos)	1.540.268,26	
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente (Benefícios a Conceder)	7.868.981,65	
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ativo, Aposentado e Pensionista (Benefícios a Conceder)	14.050.102,15	
Valor Atual da Compensação Previdenciária a Receber	62.783.842,92	
Valor Atual da Compensação Previdenciária a Pagar	0,00	
Resultado Atuarial: (+) Superávit / (-) Déficit	- 452.638.525,87	

3.2 Plano de Custeio - Alíquotas de Equilíbrio Definidas na Avaliação Atuarial

Contribuinte	Custo Normal *	Custo Suplementar *
Ente Público	11,00	0,00
Servidor Ativo	11,00	0,00
Servidor Aposentado	11,00	0,00
Pensionista	11,00	0,00
Base de Incidência das Contribuições do Ente Público **	FRA	FRA

3.3 Plano de Custeio por Benefício - Alíquotas de Equilíbrio Definidas na Avaliação Atuarial

Benefício	Custo Normal *	Custo Suplementar *
Aposentadoria por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória	13,6	0,00
Aposentadoria por Invalidez	1,96	0,00
Pensão por Morte de Segurado Ativo	0,74	0,00
Pensão por Morte de Aposentado por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória	3,09	0,00
Pensão por Morte de Aposentado por Invalidez	0,61	0,00
Auxílio Doença	0,00	0,00
Salário Maternidade	0,00	0,00
Auxílio Reclusão	0,00	0,00
Salário Família	0,00	0,00
Base de Incidência das Contribuições **	FRA	FRA

QUADRO 4 - Estatísticas

Situação da População Coberta	Quantidade		Remuneração Média (R\$) *		Idade Média	
	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Sexo Masculino
Ativos	279	241	2.443,09	3.091,28	51	55
Aposentados por Tempo de Contribuição	129	83	2.956,33	3.063,50	59	66
Aposentados por Idade	21	8	1.319,83	956,46	65	75
Aposentados Compulsória	-	-	-	-	-	-
Aposentados por Invalidez	13	4	1.963,80	1.763,66	61	59
Pensionistas	6	0	2.335,97	0,00	69	0

QUADRO 5 - Projeção Atuarial

Exercício	Receitas	Despesas	Resultado
2017	4.458.727,33	12.752.926,55	78.272.594,59
2018	4.316.701,08	14.647.862,89	67.941.432,78
2019	4.175.298,29	16.357.709,53	55.759.021,54
2020	4.086.582,50	17.414.797,73	42.430.806,31
2021	3.988.273,39	18.504.562,54	27.914.517,16
2022	3.782.808,86	20.138.257,14	11.559.068,88
2023	3.613.102,69	21.647.825,19	-6.475.653,61
2024	3.445.438,73	22.977.205,84	-26.007.420,72
2025	3.276.229,18	24.160.218,03	-46.891.409,57
2026	3.138.626,72	25.125.185,36	-68.877.968,21
2027	3.046.338,00	25.774.343,73	-91.605.973,94
2028	2.961.239,71	26.182.021,10	-114.826.755,32
2029	2.911.298,14	26.369.012,12	-138.284.469,31
2030	2.877.972,31	26.328.048,11	-161.734.545,11
2031	2.853.000,39	26.154.128,83	-185.035.673,55
2032	2.834.600,68	26.031.912,36	-208.232.985,23
2033	2.817.779,17	25.784.951,47	-231.200.157,54
2034	2.740.582,43	25.054.856,44	-253.514.431,55
2035	2.656.199,85	24.351.198,25	-275.209.429,95
2036	2.559.781,49	23.509.834,23	-296.159.482,69
2037	2.452.256,73	22.480.062,32	-316.187.288,28
2038	2.327.671,84	21.191.480,74	-335.051.097,19
2039	2.203.490,66	19.802.730,16	-352.650.336,69
2040	2.058.078,12	18.474.064,73	-369.066.323,30
2041	1.903.194,84	17.106.505,72	-384.269.634,19
2042	1.709.505,08	15.154.684,33	-397.714.813,43
2043	1.517.972,32	13.472.035,48	-409.668.876,60
2044	1.296.975,65	11.559.108,62	-419.931.009,56
2045	1.083.951,29	9.717.157,51	-428.564.215,79
2046	856.363,77	7.669.401,30	-435.377.253,31
2047	693.892,32	6.155.872,94	-440.839.233,94
2048	566.844,82	4.998.872,62	-445.271.261,74
2049	411.487,73	3.580.297,86	-448.440.071,88
2050	276.813,67	2.340.391,16	-450.503.649,36
2051	177.271,30	1.399.656,39	-451.726.034,46
2052	92.227,78	616.499,19	-452.250.305,87
2053	32.916,11	210.992,71	-452.428.382,47
2054	18.690,79	123.496,36	-452.533.188,04
2055	12.437,48	59.687,03	-452.580.437,60
2056	5.457,97	16.478,41	-452.591.458,03
2057	1.614,88	16.478,41	-452.606.321,56
2058	1.614,88	16.478,41	-452.621.185,09
2059	1.614,88	16.478,41	-452.636.048,61
2060	269,15	2.746,40	-452.638.525,87
2061	0,00	0,00	-452.638.525,87
2062	0,00	0,00	-452.638.525,87
2063	0,00	0,00	-452.638.525,87
2064	0,00	0,00	-452.638.525,87
2065	0,00	0,00	-452.638.525,87

2066	0,00	0,00	-452.638.525,87
2067	0,00	0,00	-452.638.525,87
2068	0,00	0,00	-452.638.525,87
2069	0,00	0,00	-452.638.525,87
2070	0,00	0,00	-452.638.525,87
2071	0,00	0,00	-452.638.525,87
2072	0,00	0,00	-452.638.525,87
2073	0,00	0,00	-452.638.525,87
2074	0,00	0,00	-452.638.525,87
2075	0,00	0,00	-452.638.525,87
2076	0,00	0,00	-452.638.525,87
2077	0,00	0,00	-452.638.525,87
2078	0,00	0,00	-452.638.525,87
2079	0,00	0,00	-452.638.525,87
2080	0,00	0,00	-452.638.525,87
2081	0,00	0,00	-452.638.525,87
2082	0,00	0,00	-452.638.525,87
2083	0,00	0,00	-452.638.525,87
2084	0,00	0,00	-452.638.525,87
2085	0,00	0,00	-452.638.525,87
2086	0,00	0,00	-452.638.525,87
2087	0,00	0,00	-452.638.525,87
2088	0,00	0,00	-452.638.525,87
2089	0,00	0,00	-452.638.525,87
2090	0,00	0,00	-452.638.525,87
2091	0,00	0,00	-452.638.525,87

QUADRO 6 - Parecer Atuarial

Face aos resultados obtidos, levando em consideração os dados dos servidores municipais referentes à 30 de novembro de 2016 do **Município de Varginha** e a legislação vigente (Lei nº. 9.717, Emendas Constitucionais nº. 20, nº. 41, nº. 47 e nº. 70, Portaria MPAS nº. 4.992/99, 402/08, 403/08, 21/13, 440/13 e leis locais em vigor), bem como as premissas básicas de cálculo e metodologia aplicada, pode-se concluir que:

O Regime Próprio de Previdência dos Servidores Municipais de Varginha possui um sistema de cadastro atualizado semestralmente no que diz respeito aos servidores inativos e pensionistas e está procedendo ao cadastramento dos servidores ativos no momento da admissão, apresentando uma base cadastral consistente. Foram contemplados **520 servidores ativos, 258 aposentados e 6 pensionistas.**

O Instituto aplica atualmente alíquota normal de contribuição previdenciária de **11%** da parte patronal e **11%** da parte do servidor. O Ativo Real do Regime é de **R\$ 86.566.793,81**, e o déficit apurado para o exercício é de **R\$ 452.638.525,87**. As despesas administrativas representam **2%** dos **11%** da alíquota patronal normal, ou seja, tais despesas foram computadas no cálculo atuarial, representando um total de **R\$ 14.257.632,88**.

Portanto, dentro da proposta de equilíbrio atuarial, está a alíquota de contribuição previdenciária sugerida, aporte financeiro e de recursos provenientes de processos de compensação previdenciária entre o Instituto e o Ministério da Previdência Social, bem como aplicação dos recursos financeiros disponíveis no mercado de investimentos, uma perfeita administração nos custos de manutenção do Instituto de Previdência e uma correta avaliação na concessão dos processos de aposentadoria e pensão, visando o equilíbrio no regime, de uma forma mais rápida e consistente.

É necessário salientar a importância do repasse regular da quota de contribuição previdenciária ao Instituto, do Município e suas autarquias, o que permitirá, através de uma eficiente administração de

recursos, a melhora da situação financeira do Regime Próprio de Previdência, visto que qualquer necessidade financeira do Regime recairá sobre o custo especial/suplementar para o ente, em futuras avaliações atuariais.

Comparativos dos últimos 3 exercícios

	2014	2015	2016
Ativo	84.673.329,40	86.190.788,47	86.566.793,81
Alíquota Praticada	22%	22%	22%
Resultado (Aliq Prat 75anos)	- 395.752.347,81	- 426.028.220,63	- 452.638.525,87
Número de Servidores	651	588	520
Despesa com Servidores	1.514.212,27	1.515.270,16	1.426.620,50
Número de Aposentados	149	214	258
Despesa com Aposentados	352.101,81	535.792,11	703.590,01
Número de Pensionistas	6	7	6
Despesa com Pensionistas	11.162,56	13.616,80	14.015,84

Observamos um aumento no déficit atuarial causado pela mudança na tábua de mortalidade da IBGE 2012 para a IBGE 2014, o que causou um impacto de cerca de 5% de aumento no VABF do plano.

Crescimento Salarial			
2014/2013	2015/2014	2016/2015	Média
0,89	0,91	0,52	0,77%

Como podemos observar o crescimento observado está abaixo do limite mínimo estabelecido pela portaria, desta forma o crescimento salarial utilizado no cenário apresentado neste estudo foi definido através da alíquota limite permitida, que corresponde a **1%** ao ano.

Para a taxa real de crescimento dos benefícios do plano foi usada a taxa de 0%.

Abaixo apresentaremos os resultados de forma conclusiva, como devem ser apresentados ao MPS através da postagem do Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial, segundo as instruções de preenchimento.

F.1. Idade hipotética, por sexo, adotada nesta avaliação como primeira vinculação a qualquer regime previdenciário para suprir deficiência cadastral no cálculo da estimativa do tempo de contribuição, ou a justificativa técnica pertinente, conforme quadro:

Idade hipotética adotada nesta avaliação como primeira vinculação a regime previdenciário - Masculino	21,63
Idade hipotética adotada nesta avaliação como primeira vinculação a regime previdenciário - Feminino	22,67
Justificativa Técnica: É a média apurada através da base de dados livre de inconsistências, com recadastramento atualizado, da data de entrada dos servidores ativos.	

F.2. Idade média projetada, por sexo, verificada na avaliação atuarial para a aposentadoria programada dos servidores válidos, conforme quadro:

Idade Média Projetada para a aposentadoria programada - Não Professores - Masculino	60,32
Idade Média Projetada para a aposentadoria programada - Não Professores - Feminino	55,51

Idade Média Projetada para a aposentadoria programada - Professores - Masculino	60,36
Idade Média Projetada para a aposentadoria programada - Professores - Feminino	56,12

F.3. A justificativa técnica para eventuais discrepâncias da taxa anual real de crescimento da remuneração adotada nesta avaliação e a média da taxa anual real de crescimento da remuneração dos últimos três anos, conforme quadro:

Taxa média anual real de crescimento da remuneração nos últimos três anos	1%
Justificativa Técnica: Limite permitido pela portaria, a formulação exigida pelo MPS não é suficiente para analisar o real crescimento salarial.	

F.4. A justificativa técnica para eventuais discrepâncias da taxa anual real de crescimento dos benefícios do plano adotada nesta avaliação comparada com a verificada na análise dos benefícios, conforme quadro:

Taxa média anual real de crescimento dos benefícios verificada na análise dos benefícios	0%
Justificativa Técnica: Valor prudencial permitido pela portaria 403/08.	

Assim, diante dos argumentos aqui expostos, salientamos que os resultados desta avaliação atuarial são extremamente sensíveis às variações das hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos e que, modificações futuras destes fatores, poderão implicar variações substanciais nos resultados atuariais, devendo com isto ressaltar que os senhores dirigentes continuem atentos a estas considerações e cientes de sua significância nos rumos que tomará o **Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Varginha**.

QUADRO 7 – Certificado

Certifico para os devidos fins, que este Demonstrativo representa o Resumo do Cálculo Atuarial por mim realizado, sendo os resultados de minha inteira responsabilidade para quaisquer aspectos legais.

7.1 Atuário Responsável pela Avaliação

Nome: **André Sablewski Grau**
MIBA: **2372**
CPF: **313.458.998-23**
Correio eletrônico: andregrau@gmail.com
Telefone: **(016) 99165-7754**

Certifico para os devidos fins, que este é o Demonstrativo Oficial, referente ao exercício em questão, estando ciente das informações repassadas pelo atuário responsável técnico.

7.2 Representante Legal do RPPS

Nome: **Edson Crepaldi Retori**
Cargo: **Diretor Presidente**
CPF: **214.239.546-53**
Correio eletrônico: diretoria@inprev-varginha.com.br
Telefone: **(035) 32212419**

6. Anexos



Anexo I
RESUMO DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS
DA AVALIAÇÃO ATUARIAL
Varginha – IBGE 2014 – Plano Previdenciário

Ativo Real	R\$281.963.635,78
Valor Atual dos Salários Futuros - (VASF)	R\$658.263.510,09
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente (Benefícios Concedidos) - (VACF)	R\$0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ativo, Aposentado e Pensionista (Benefícios Concedidos) - (VACF)	R\$441.326,51
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente (Benefícios a Conceder) - (VACF)	R\$92.156.891,41
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ativo, Aposentado e Pensionista (Benefícios a Conceder) - (VACF)	R\$72.782.161,25
Total das Contribuições Futuras dos Ativos, Aposentados, Pensionistas, do Ente (Benefícios Concedidos e a Conceder)	R\$165.380.379,17
Compensação Previdenciária	R\$45.294.902,20
Reserva Técnica (Aporte Inicial, Créditos Constituídos)	R\$ 0,00
Total de Créditos Constituídos	R\$ 210.675.281,37
Valor Atual dos Benefícios Futuros a Conceder - (VABF)	R\$267.575.500,25
Valor Atual dos Benefícios Futuros Concedidos - (VABF)	R\$188.924.665,81
Total dos Benefícios Futuros (Concedidos e a Conceder)	R\$456.500.166,06
Resultado Atuarial	R\$36.138.751,09
Despesas Administrativas	R\$22.295.273,52

Anexo II

**DEMONSTRATIVO DAS PROJEÇÕES ATUARIAIS DO
REGIME DE PREVIDÊNCIA PRÓPRIA**

(Artigo 53, §1º, Inciso II da LRF)

ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL

Varginha - IBGE 2014 – Plano Previdenciário

Exercício	Receitas	Despesas	Resultado
2017	16.001.852,31	17.888.171,32	280.077.316,76
2018	15.161.559,97	17.098.784,71	278.140.092,02
2019	14.315.095,47	16.651.118,68	275.804.068,80
2020	13.477.495,48	16.394.274,45	272.887.289,84
2021	12.659.982,06	16.298.572,01	269.248.699,89
2022	11.861.701,41	16.274.435,60	264.835.965,69
2023	11.111.090,53	16.163.232,48	259.783.823,74
2024	10.356.436,80	16.147.473,98	253.992.786,56
2025	9.623.214,20	16.087.058,79	247.528.941,97
2026	8.974.064,42	15.842.581,23	240.660.425,16
2027	8.366.776,18	15.445.504,96	233.581.696,38
2028	7.739.411,51	15.283.213,72	226.037.894,17
2029	7.168.295,58	14.934.144,13	218.272.045,62
2030	6.657.881,39	14.410.437,24	210.519.489,77
2031	6.148.817,28	13.961.613,11	202.706.693,94
2032	5.677.518,90	13.361.232,72	195.022.980,13
2033	5.215.272,72	12.959.047,53	187.279.205,32
2034	4.767.633,01	12.531.674,13	179.515.164,20
2035	4.300.765,35	12.314.219,01	171.501.710,54
2036	3.865.896,81	11.999.152,16	163.368.455,19
2037	3.488.218,81	11.570.897,98	155.285.776,02
2038	3.107.816,67	11.314.125,44	147.079.467,24
2039	2.767.234,38	10.741.423,44	139.105.278,19
2040	2.437.825,69	10.407.227,46	131.135.876,41
2041	2.146.875,64	10.006.768,96	123.275.983,09
2042	1.871.100,63	9.477.863,51	115.669.220,22
2043	1.641.069,18	9.028.742,31	108.281.547,09
2044	1.432.696,72	8.557.781,44	101.156.462,36
2045	1.194.511,55	8.236.693,84	94.114.280,08
2046	1.012.306,10	7.754.574,20	87.372.011,98
2047	882.133,54	7.186.472,01	81.067.673,51
2048	780.319,57	6.567.526,73	75.280.466,35
2049	683.062,84	5.921.522,98	70.042.006,22
2050	575.003,62	5.385.222,91	65.231.786,93
2051	496.471,89	4.901.738,35	60.826.520,47
2052	435.940,66	4.370.760,07	56.891.701,06
2053	381.820,93	3.854.751,12	53.418.770,87
2054	342.040,41	3.465.922,80	50.294.888,47
2055	302.681,89	3.070.474,74	47.527.095,63
2056	263.835,85	2.674.668,54	45.116.262,94
2057	225.684,25	2.286.915,39	43.055.031,80
2058	186.126,00	1.884.848,05	41.356.309,74
2059	151.175,96	1.532.708,08	39.974.777,62
2060	118.076,20	1.200.037,08	38.892.816,74
2061	88.444,29	898.615,93	38.082.645,10
2062	67.514,15	686.328,42	37.463.830,83

Exercício	Receitas	Despesas	Resultado
2063	49.294,82	501.461,66	37.011.663,99
2064	34.805,53	353.701,61	36.692.767,91
2065	23.277,64	236.359,32	36.479.686,23
2066	14.745,98	149.766,60	36.344.665,61
2067	9.293,12	94.491,90	36.259.466,83
2068	5.414,87	55.253,79	36.209.627,91
2069	3.402,29	34.717,24	36.178.312,96
2070	2.009,93	20.509,49	36.159.813,40
2071	1.060,06	10.816,95	36.150.056,51
2072	674,49	6.882,52	36.143.848,48
2073	392,21	4.002,12	36.140.238,57
2074	135,59	1.383,54	36.138.990,61
2075	26,02	265,55	36.138.751,09
2076	0,00	0,00	36.138.751,09
2077	0,00	0,00	36.138.751,09
2078	0,00	0,00	36.138.751,09
2079	0,00	0,00	36.138.751,09
2080	0,00	0,00	36.138.751,09
2081	0,00	0,00	36.138.751,09
2082	0,00	0,00	36.138.751,09
2083	0,00	0,00	36.138.751,09
2084	0,00	0,00	36.138.751,09
2085	0,00	0,00	36.138.751,09
2086	0,00	0,00	36.138.751,09
2087	0,00	0,00	36.138.751,09
2088	0,00	0,00	36.138.751,09
2089	0,00	0,00	36.138.751,09
2090	0,00	0,00	36.138.751,09
2091	0,00	0,00	36.138.751,09

Anexo III

**DEMONSTRATIVO DAS PROJEÇÕES ATUARIAIS DO
REGIME DE PREVIDÊNCIA PRÓPRIA**

(Artigo 53, §1º, Inciso II, anexo XIII da LRF)

ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL

Varginha - IBGE 2014 – Plano Previdenciário

Exercício	Repassé Contribuição Patronal	Receitas Previdenciárias	Despesas Previdenciárias	Resultado Previdenciário	Saldo Financeiro do Exercício
2017	7.955.857,72	8.045.994,59	17.888.171,32	-1.886.319,02	280.077.316,76
2018	7.529.579,46	7.631.980,51	17.098.784,71	-1.937.224,75	278.140.092,02
2019	7.081.025,53	7.234.069,94	16.651.118,68	-2.336.023,21	275.804.068,80
2020	6.626.858,41	6.850.637,08	16.394.274,45	-2.916.778,96	272.887.289,84
2021	6.174.379,01	6.485.603,05	16.298.572,01	-3.638.589,95	269.248.699,89
2022	5.728.203,67	6.133.497,74	16.274.435,60	-4.412.734,19	264.835.965,69
2023	5.313.816,11	5.797.274,42	16.163.232,48	-5.052.141,95	259.783.823,74
2024	4.889.850,47	5.466.586,33	16.147.473,98	-5.791.037,18	253.992.786,56
2025	4.480.224,22	5.142.989,98	16.087.058,79	-6.463.844,59	247.528.941,97
2026	4.129.648,57	4.844.415,85	15.842.581,23	-6.868.516,81	240.660.425,16
2027	3.810.245,04	4.556.531,14	15.445.504,96	-7.078.728,78	233.581.696,38
2028	3.465.813,72	4.273.597,79	15.283.213,72	-7.543.802,21	226.037.894,17
2029	3.161.594,62	4.006.700,97	14.934.144,13	-7.765.848,55	218.272.045,62
2030	2.902.416,96	3.755.464,43	14.410.437,24	-7.752.555,85	210.519.489,77
2031	2.642.255,08	3.506.562,20	13.961.613,11	-7.812.795,83	202.706.693,94
2032	2.410.709,20	3.266.809,70	13.361.232,72	-7.683.713,81	195.022.980,13
2033	2.177.135,45	3.038.137,27	12.959.047,53	-7.743.774,81	187.279.205,32
2034	1.949.157,91	2.818.475,11	12.531.674,13	-7.764.041,12	179.515.164,20
2035	1.698.190,80	2.602.574,55	12.314.219,01	-8.013.453,66	171.501.710,54
2036	1.472.247,59	2.393.649,23	11.999.152,16	-8.133.255,35	163.368.455,19
2037	1.282.905,28	2.205.313,53	11.570.897,98	-8.082.679,17	155.285.776,02
2038	1.088.123,30	2.019.693,36	11.314.125,44	-8.206.308,78	147.079.467,24
2039	935.669,63	1.831.564,75	10.741.423,44	-7.974.189,06	139.105.278,19
2040	775.781,45	1.662.044,24	10.407.227,46	-7.969.401,77	131.135.876,41
2041	636.446,70	1.510.428,94	10.006.768,96	-7.859.893,32	123.275.983,09
2042	513.241,43	1.357.859,20	9.477.863,51	-7.606.762,87	115.669.220,22
2043	409.920,91	1.231.148,27	9.028.742,31	-7.387.673,13	108.281.547,09
2044	320.999,09	1.111.697,63	8.557.781,44	-7.125.084,72	101.156.462,36
2045	208.230,87	986.280,69	8.236.693,84	-7.042.182,28	94.114.280,08
2046	133.994,70	878.311,40	7.754.574,20	-6.742.268,10	87.372.011,98
2047	93.629,42	788.504,13	7.186.472,01	-6.304.338,47	81.067.673,51
2048	71.938,63	708.380,94	6.567.526,73	-5.787.207,16	75.280.466,35
2049	53.863,79	629.199,06	5.921.522,98	-5.238.460,13	70.042.006,22
2050	23.562,24	551.441,39	5.385.222,91	-4.810.219,29	65.231.786,93
2051	6.595,77	489.876,11	4.901.738,35	-4.405.266,46	60.826.520,47
2052	2.133,74	433.806,92	4.370.760,07	-3.934.819,41	56.891.701,06
2053	644,94	381.176,00	3.854.751,12	-3.472.930,19	53.418.770,87
2054	0,00	342.040,41	3.465.922,80	-3.123.882,40	50.294.888,47
2055	0,00	302.681,89	3.070.474,74	-2.767.792,84	47.527.095,63
2056	0,00	263.835,85	2.674.668,54	-2.410.832,69	45.116.262,94
2057	0,00	225.684,25	2.286.915,39	-2.061.231,14	43.055.031,80
2058	0,00	186.126,00	1.884.848,05	-1.698.722,05	41.356.309,74
2059	0,00	151.175,96	1.532.708,08	-1.381.532,12	39.974.777,62
2060	0,00	118.076,20	1.200.037,08	-1.081.960,88	38.892.816,74
2061	0,00	88.444,29	898.615,93	-810.171,64	38.082.645,10



Exercício	Repassse Contribuição Patronal	Receitas Previdenciárias	Despesas Previdenciárias	Resultado Previdenciário	Saldo Financeiro do Exercício
2062	0,00	67.514,15	686.328,42	-618.814,27	37.463.830,83
2063	0,00	49.294,82	501.461,66	-452.166,84	37.011.663,99
2064	0,00	34.805,53	353.701,61	-318.896,08	36.692.767,91
2065	0,00	23.277,64	236.359,32	-213.081,68	36.479.686,23
2066	0,00	14.745,98	149.766,60	-135.020,62	36.344.665,61
2067	0,00	9.293,12	94.491,90	-85.198,79	36.259.466,83
2068	0,00	5.414,87	55.253,79	-49.838,92	36.209.627,91
2069	0,00	3.402,29	34.717,24	-31.314,95	36.178.312,96
2070	0,00	2.009,93	20.509,49	-18.499,56	36.159.813,40
2071	0,00	1.060,06	10.816,95	-9.756,89	36.150.056,51
2072	0,00	674,49	6.882,52	-6.208,03	36.143.848,48
2073	0,00	392,21	4.002,12	-3.609,91	36.140.238,57
2074	0,00	135,59	1.383,54	-1.247,96	36.138.990,61
2075	0,00	26,02	265,55	-239,53	36.138.751,09
2076	0,00	0,00	0,00	0,00	36.138.751,09
2077	0,00	0,00	0,00	0,00	36.138.751,09
2078	0,00	0,00	0,00	0,00	36.138.751,09
2079	0,00	0,00	0,00	0,00	36.138.751,09
2080	0,00	0,00	0,00	0,00	36.138.751,09
2081	0,00	0,00	0,00	0,00	36.138.751,09
2082	0,00	0,00	0,00	0,00	36.138.751,09
2083	0,00	0,00	0,00	0,00	36.138.751,09
2084	0,00	0,00	0,00	0,00	36.138.751,09
2085	0,00	0,00	0,00	0,00	36.138.751,09
2086	0,00	0,00	0,00	0,00	36.138.751,09
2087	0,00	0,00	0,00	0,00	36.138.751,09
2088	0,00	0,00	0,00	0,00	36.138.751,09
2089	0,00	0,00	0,00	0,00	36.138.751,09
2090	0,00	0,00	0,00	0,00	36.138.751,09
2091	0,00	0,00	0,00	0,00	36.138.751,09

Anexo IV

Relatório de Aposentandos/Especiais Plano Financeiro (Iminentes)

Titular	Situação	Cargo	Idade	Tempo Pref.	Tpo Serv.	Salário
ADEMIR OSSANI	Estatutário (a)	TNS/ES/ME	63	35 /10 / 13	35 /10 / 13	R\$8.098,39
ADILSON REIS MESQUITA	Estatutário (a)	Operador de	63	24 /05 / 09	44 /02 / 09	R\$1.687,65
ADILZA REZENDE LAGES	Estatutário (a)	TNS/PROCU	55	24 /05 / 25	35 /02 / 28	R\$10.228,03
AMILTON APARECIDO DOS	Estatutário (a)	MOTORIST	56	29 /09 / 01	39 /09 / 10	R\$1.845,42
ANGELA CALDONAZZO	Estatutário (a)	TNS/ES/DEN	54	25 /11 / 16	30 /09 / 16	R\$6.711,56
ANGELA FRANCISCA	Estatutário (a)	AUX. SERV.	57	28 /01 / 23	29 /08 / 13	R\$1.396,43
ANTONIO MANTOVANI	Estatutário (a)	AUX. SERV.	68	28 /08 / 28	36 /03 / 23	R\$1.401,94
ANTONIO RODRIGUES	Estatutário (a)	CH.SERV	66	26 /10 / 01	43 /01 / 06	R\$1.693,83
CHRISALEM SILVA GOMES	Estatutário (a)	Aux de Serv	52	24 /05 / 09	32 /08 / 18	R\$1.301,12
COLUMBA IVANOVA	Estatutário (a)	TNS/ES/DEN	56	28 /09 / 18	30 /01 / 18	R\$7.214,52
CONSTANTINO BATISTON	Estatutário (a)	OSP/PINTOR	60	31 /05 / 17	35 /00 / 18	R\$1.715,96
DALVA AURELIANO	Estatutário (a)	CH.DEP	57	32 /02 / 01	32 /02 / 01	R\$1.703,30
DIONISIO OSCAR	Estatutário (a)	CH SETOR	61	31 /05 / 01	34 /09 / 18	R\$1.967,59
DONIZETI GONCALVES	Estatutário (a)	OSP/PEDREI	59	26 /06 / 00	36 /04 / 25	R\$1.542,15
DORIVAL RIBEIRO DE	Estatutário (a)	OFICIAL DE	60	24 /06 / 25	37 /05 / 21	R\$1.562,92
EDNA CORREA LIMA	Estatutário (a)	OFICIAL DE	53	29 /02 / 01	32 /00 / 22	R\$1.659,85
EDSON GABRIEL PEREIRA	Estatutário (a)	SECRETARI	66	24 /09 / 24	34 /10 / 11	R\$4.450,80
EDWIRGES EUGENIA DE	Estatutário (a)	AUX.DE	54	22 /08 / 29	30 /08 / 03	R\$1.592,88
ELIANE GALVAO DE	Estatutário (a)	TNS/ES/ME	55	23 /03 / 13	30 /06 / 13	R\$3.266,02
FAUSTO IVO DE ARANTES	Estatutário (a)	AUX. SERV.	64	33 /08 / 22	49 /04 / 00	R\$1.537,75
FLORINDO ANTONIO	Estatutário (a)	AUX. SERV.	63	28 /11 / 26	51 /02 / 01	R\$1.404,24
GERUSA HELENA DIAS	Estatutário (a)	OFICIAL DE	63	35 /08 / 29	41 /05 / 08	R\$1.937,31
HELIO NILTON DE OLIVEIRA	Estatutário (a)	AUX. SERV.	64	27 /10 / 01	34 /11 / 10	R\$1.523,47
IOLANDA DO CARMO	Estatutário (a)	PROF.PII/RE	56	25 /03 / 00	25 /03 / 00	R\$2.292,28
IVO BITENCOURT ALMEIDA	Estatutário (a)	TNS/ES/ME	67	30 /06 / 17	39 /00 / 05	R\$7.379,09
IZAFETE PIVA	Estatutário (a)	TNS/PEDAG	53	26 /07 / 01	31 /04 / 04	R\$2.746,09
JAIRO PIRES	Estatutário (a)	FISCAL DE	61	28 /10 / 01	37 /08 / 14	R\$5.500,20
JAQUES CORREA DA VEIGA	Estatutário (a)	TNS/ES/CLI	68	24 /05 / 28	41 /01 / 02	R\$8.050,86
JOAO ANTONIO DE CARLI	Estatutário (a)	OSP/PEDREI	63	30 /11 / 27	40 /05 / 08	R\$1.695,12
JOAO ANTONIO NOGUEIRA	Estatutário (a)	AUX. SERV.	60	30 /10 / 01	34 /11 / 15	R\$1.488,23
JOAO BATISTA	Estatutário (a)	AGENTE	70	24 /06 / 25	46 /03 / 02	R\$2.531,53
JOAO CARLOS FIGUEIREDO	Estatutário (a)	MOTORIST	65	27 /05 / 29	35 /05 / 13	R\$1.781,41
JOAO DE CARLI	Estatutário (a)	AUX. SERV.	63	35 /01 / 11	35 /01 / 11	R\$1.547,18
JOAO PICELLI FILHO	Estatutário (a)	AUX. SERV.	61	26 /05 / 28	36 /06 / 10	R\$1.364,37
JOAQUIM DE SOUZA LEITE	Estatutário (a)	OPERADOR	55	31 /11 / 01	43 /07 / 29	R\$2.140,19
JOAQUIM MARIANO DA	Estatutário (a)	PROCURAD	56	25 /00 / 23	48 /04 / 09	R\$15.847,03
JOSE GABRIEL JUNQUEIRA	Estatutário (a)	TNS/ES/DEN	64	29 /06 / 29	34 /10 / 29	R\$7.620,43
JOSE LEIR PARAIZO	Estatutário (a)	TNS/ES/ME	59	34 /08 / 12	34 /08 / 12	R\$7.161,44
LEONICE MARIA	Estatutário (a)	AUX. SERV.	57	27 /08 / 01	30 /04 / 18	R\$1.392,81
LUCIA HELENA DE PAIVA	Estatutário (a)	TNS/ES/DEN	62	30 /06 / 17	30 /06 / 17	R\$7.853,08
LUISA HELENA DA COSTA	Estatutário (a)	AUX. SERV.	54	34 /03 / 01	34 /04 / 01	R\$1.547,87
MARCELA MARTINS DE	Estatutário (a)	CH.SET	50	34 /05 / 26	35 /02 / 24	R\$2.390,86
MARCO ANTONIO BARROS	Estatutário (a)	OFICIAL DE	60	37 /01 / 14	37 /05 / 15	R\$2.130,02
MARIA APARECIDA VILELA	Estatutário (a)	OFICIAL DE	52	32 /06 / 01	32 /11 / 01	R\$1.764,07
MARIA FRANCISCA FARIA	Estatutário (a)	AUX.SERV.	66	30 /06 / 23	30 /10 / 18	R\$1.663,50
MARIA JOSE BERNARDES	Estatutário (a)	AUX.SERV.	55	24 /06 / 18	34 /05 / 04	R\$1.508,71
MARIANA APARECIDA DE	Estatutário (a)	PROF.PII/RE	61	24 /10 / 21	24 /11 / 04	R\$2.260,38
MARISTELA ESPER	Estatutário (a)	TNS/PS/ENF	56	23 /04 / 10	32 /09 / 18	R\$5.868,39
MILTON PAIVA DE LIMA	Estatutário (a)	TNS/ES/CLI	68	24 /06 / 24	35 /01 / 00	R\$4.025,29
MOIZES REIS CANDIDO	Estatutário (a)	AUX. SERV.	60	23 /09 / 16	35 /00 / 29	R\$1.292,08
NELY DE FATIMA PALA	Estatutário (a)	AUX. SERV.	58	29 /11 / 01	29 /11 / 01	R\$1.411,14
NEUSA APARECIDA DE	Estatutário (a)	ASSIST.AD	51	28 /01 / 28	34 /04 / 19	R\$2.737,80
NEUZA APARECIDA DE	Estatutário (a)	AGENTE	56	24 /05 / 20	30 /06 / 26	R\$2.817,87
OLIVIO ANTONIO MASSA	Estatutário (a)	TNS/ES/CLI	65	39 /03 / 16	39 /04 / 16	R\$8.475,32
OSVALDO DE PAIVA PINTO	Estatutário (a)	TNS/ES/CLI	62	34 /10 / 23	34 /11 / 23	R\$4.231,05
PAULO FORESTI REGINA	Estatutário (a)	TNS/ES/CLI	67	39 /09 / 08	39 /09 / 08	R\$7.499,47
PAULO VITOR EUGENIO	Estatutário (a)	AUX. SERV.	58	26 /11 / 00	35 /10 / 14	R\$1.364,37
RAFAEL BARROS FILHO	Estatutário (a)	OFICIAL DE	61	28 /04 / 01	35 /03 / 10	R\$5.876,09
REGINA CELIS GONCALVES	Estatutário (a)	AUXILIAR	57	25 /10 / 01	38 /01 / 29	R\$1.447,66
RITA DE CASSIA	Estatutário (a)	TNS/PEDAG	59	19 /11 / 07	29 /09 / 12	R\$2.549,93
ROBERTO CLAUDINO	Estatutário (a)	OSP/PEDREI	56	38 /07 / 29	38 /07 / 29	R\$1.901,59
ROBERTO MARIO PINHEIRO	Estatutário (a)	TNS/ES/ME	65	36 /06 / 01	36 /06 / 01	R\$8.281,63
ROGERIO EVARISTO	Estatutário (a)	CH.SERV	56	38 /11 / 01	38 /11 / 01	R\$2.092,41
ROSELI APARECIDA	Estatutário (a)	AUX. SERV.	56	22 /11 / 15	30 /02 / 09	R\$1.283,05
SERGIO ANTONIO CORSETTI	Estatutário (a)	TNS/ES/DEN	64	30 /06 / 17	42 /00 / 18	R\$7.477,21
SIDNEY DE CARVALHO	Estatutário (a)	ASP/READA	62	27 /01 / 22	34 /10 / 01	R\$1.364,37
SILVIA AMORIN DE	Estatutário (a)	AGENTE	63	30 /10 / 27	42 /06 / 26	R\$3.062,46
SUELI NASCIMENTO	Estatutário (a)	ASP/READA	59	29 /09 / 01	29 /09 / 01	R\$1.411,14
TEREZINHA AFONSINA DE	Estatutário (a)	Oficial	54	24 /05 / 09	33 /04 / 12	R\$1.615,32

Titular	Situação	Cargo	Idade	Tempo Pref.	Tpo Serv.	Salário
VANESSA RAINATO	Estatutário (a)	TNS/PS/PSI	56	23 /05 / 28	29 /06 / 27	R\$4.547,58
VENICIO TADEU DE	Estatutário (a)	AUX.SERV.	61	24 /06 / 25	40 /10 / 03	R\$1.408,13
VERA ALICE MENDES	Estatutário (a)	AUX. SERV.	60	29 /09 / 01	36 /09 / 02	R\$1.411,14
VERA LUCIA DE FREITAS	Estatutário (a)	AUX.SERV.	57	29 /03 / 24	30 /10 / 19	R\$1.616,44
VERA LUCIA SABOROSA	Estatutário (a)	CH.SERV	54	29 /09 / 01	30 /05 / 29	R\$1.771,44
VILSON FERNANDES	Estatutário (a)	OSP/CARPIN	58	30 /11 / 00	36 /00 / 22	R\$1.705,30
VITAR FRANCISCA DA	Estatutário (a)	AUX.SERV.	54	28 /10 / 01	30 /06 / 09	R\$1.616,84
WLADIMIR BATISTA	Estatutário (a)	OSP/PEDREI	57	35 /03 / 01	36 /10 / 27	R\$1.835,29

Total: 77 Titulares R\$ 253.097,68

Relatório de Aposentandos/Especiais Plano Previdenciário (Iminentes)

Titular	Situação	Cargo	Idade	Tempo Pref.	Tpo Serv.	Salário
ADELIA FERREIRA DA	Estatutário (a)	AUX.SERV.	57	17 /08 / 11	29 /09 / 23	R\$1.396,16
ALDAIR GREGORIO	Estatutário (a)	AUX. SERV.	63	19 /07 / 20	48 /02 / 22	R\$1.210,76
ANA MARIA MUNIZ DA	Estatutário (a)	PROF.PII/RE	53	22 /04 / 01	30 /01 / 00	R\$2.178,92
ANTONIO MARITAN	Estatutário (a)	TNS/ES/ME	64	04 /05 / 24	37 /08 / 02	R\$5.102,07
BETHEL D MARTIN ZANON	Estatutário (a)	PROF.PII/RE	53	14 /11 / 11	27 /06 / 18	R\$1.977,73
CARMEN APARECIDA	Estatutário (a)	TNS/PS/ENF	55	03 /07 / 24	33 /09 / 16	R\$4.559,67
COSMA FERREIRA	Estatutário (a)	AUX. SERV.	55	20 /09 / 29	30 /00 / 02	R\$1.264,98
DULCINEA EDNA TOME	Estatutário (a)	ASG/READA	55	18 /09 / 22	32 /05 / 20	R\$1.428,34
EDNA MARISA CORREA	Estatutário (a)	PROFESSOR	57	07 /11 / 05	29 /04 / 11	R\$1.786,33
ELIANE DE OLIVEIRA	Estatutário (a)	TNS/PS/NUT	59	21 /00 / 29	29 /06 / 04	R\$5.694,69
GUILHERME AMIRALDO DIAS	Estatutário (a)	PROFESSOR	58	11 /06 / 11	36 /08 / 06	R\$1.929,88
HELOISA HELENA PEREIRA	Estatutário (a)	AUX. SERV.	60	22 /06 / 26	30 /04 / 01	R\$1.364,37
JORGE FRANCISCO	Estatutário (a)	TNS/ENGEN	61	22 /06 / 17	51 /07 / 16	R\$3.315,86
JOSE CARLOS DA SILVA	Estatutário (a)	MOTORIST	61	17 /03 / 13	38 /07 / 10	R\$1.547,01
JOSE GLAUCO CARNEIRO	Estatutário (a)	PROFESSOR	59	18 /11 / 13	32 /11 / 21	R\$1.999,39
LEILA MANSUR BISCARO	Estatutário (a)	PROFESSOR	57	22 /03 / 18	29 /02 / 00	R\$2.296,72
MARIA APARECIDA LUCIANO	Estatutário (a)	EDUCADOR	55	07 /00 / 24	34 /00 / 27	R\$2.558,43
MARIA APARECIDA VILELA	Estatutário (a)	PROFESSOR	53	05 /03 / 01	34 /02 / 01	R\$1.754,43
MARIA CRISTINA DE	Estatutário (a)	TNS/PEDAG/	54	08 /05 / 01	26 /01 / 00	R\$4.539,05
MARIA DIVINO MOREIRA	Estatutário (a)	AUX. SERV.	59	18 /06 / 03	35 /06 / 28	R\$1.201,73
MARIA JOSELI RAMOS	Estatutário (a)	ASP/READA	54	18 /09 / 07	30 /02 / 12	R\$1.201,73
MARIA LUIZA ROSA DINIZ	Estatutário (a)	PROF.PII/RE	55	12 /01 / 07	28 /10 / 10	R\$1.929,88
MARIA TEREZA DA SILVA	Estatutário (a)	AUX. SERV.	54	20 /04 / 18	30 /02 / 15	R\$1.264,98
MARINA MOREIRA MENDES	Estatutário (a)	TNS/PS/ENF	60	21 /00 / 22	32 /02 / 14	R\$5.777,40
MARLENE ANTONIETA DE	Estatutário (a)	AUX. SERV.	62	22 /06 / 13	30 /00 / 28	R\$1.283,05
MARLUCIA MARQUES	Estatutário (a)	TNS/PEDAG/	50	08 /11 / 19	32 /02 / 19	R\$4.029,98
MAURICIO DEL FRARO	Estatutário (a)	TNS/ADMINI	61	22 /05 / 00	38 /03 / 09	R\$5.135,57
MYRIAM FIORAVANTI	Estatutário (a)	PROFESSOR	53	22 /04 / 01	33 /11 / 02	R\$2.210,82
REGINA COELI CALDEIRA	Estatutário (a)	PROFESSOR	67	16 /07 / 01	29 /11 / 01	R\$2.002,40
REGINA LUCIA FERNANDES	Estatutário (a)	PROF.PII/RE	53	21 /10 / 25	29 /06 / 18	R\$2.248,87
REJANE THECLA RODRIGUES	Estatutário (a)	TNS/ES/ME	55	04 /05 / 21	30 /00 / 14	R\$5.102,07
ROSANGELA RIBEIRO DE	Estatutário (a)	TECNICO	64	08 /08 / 00	30 /03 / 08	R\$1.556,98
SIVALDO AFONSO PIVA	Estatutário (a)	FISCAL DE	58	22 /05 / 19	36 /07 / 13	R\$6.912,51
VALERIA FERNANDES	Estatutário (a)	PROFESSOR	52	05 /00 / 17	30 /08 / 03	R\$1.658,74
VERA LUCIA DOS SANTOS	Estatutário (a)	PROFESSOR	58	12 /05 / 00	28 /06 / 07	R\$1.945,83
WAGNER GONCALVES	Estatutário (a)	OFICIAL DE	66	11 /01 / 01	35 /03 / 25	R\$1.346,09

Total: 36 Titulares R\$ 94.713,42

Anexo V

CONTABILIZAÇÃO DA PROVISÃO MATEMÁTICA
Classificação Contábil conforme Portaria MPS nº95, de 06/03/2007

OP	Conta	Descrição	R\$
		Ativo Plano Financeiro	86.566.793,81
		Ativo Plano Previdenciário	281.963.635,78
		Ativo Real	368.530.429,59
C	2.2.7.2.1.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS	368.530.429,59
C		PLANO FINANCEIRO	86.566.793,81
C	2.2.7.2.1.01.00	Provisões para Benefícios Concedidos	169.691.069,76
C	2.2.7.2.1.01.01	Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	190.257.042,24
D	2.2.7.2.1.01.02	Contribuições do Ente	
D	2.2.7.2.1.01.03	Contribuições do Inativo	(1.502.190,09)
D	2.2.7.2.1.01.04	Contribuições do Pensionista	(38.078,17)
D	2.2.7.2.1.01.05	Compensação Previdenciária	(19.025.704,22)
D	2.2.7.2.1.01.07	Cobertura de Insuficiência Financeira	
C	2.2.7.2.1.02.00	Provisões para Benefícios a Conceder	(83.124.275,95)
C	2.2.7.2.1.02.01	Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	435.191.472,42
D	2.2.7.2.1.02.02	Contribuições do Ente	(7.868.981,65)
D	2.2.7.2.1.02.03	Contribuições do Ativo	(14.050.102,15)
D	2.2.7.2.1.02.04	Compensação Previdenciária	(43.758.138,70)
D	2.2.7.2.1.02.06	Cobertura de Insuficiência Financeira	(452.638.525,87)
C		PLANO PREVIDENCIÁRIO	245.824.884,69
C	2.2.7.2.1.03.00	Provisões para Benefícios Concedidos	169.590.872,71
C	2.2.7.2.1.03.01	Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	188.924.665,81
D	2.2.7.2.1.03.02	Contribuições do Ente	-
D	2.2.7.2.1.03.03	Contribuições do Inativo	(388.524,25)
D	2.2.7.2.1.03.04	Contribuições do Pensionista	(52.802,26)
D	2.2.7.2.1.03.05	Compensação Previdenciária	(18.892.466,58)
C	2.2.7.2.1.04.00	Provisões para Benefícios a Conceder	76.234.011,98
C	2.2.7.2.1.04.01	Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	267.575.500,25
D	2.2.7.2.1.04.02	Contribuições do Ente	(92.156.891,41)
D	2.2.7.2.1.04.03	Contribuições do Ativo	(72.782.161,25)
D	2.2.7.2.1.04.04	Compensação Previdenciária	(26.402.435,61)
D	2.2.7.2.1.05.00	Plano de Amortização	-
D	2.2.7.2.1.05.98	Outros Créditos	
C	2.2.7.2.1.07.00	PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO	36.138.751,09
C	2.2.7.2.1.07.01	Ajuste de Resultado Atuarial Superavitário	36.138.751,09
DÉFICIT ATUARIAL			-



Anexo VI
RESUMO DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS
DA AVALIAÇÃO ATUARIAL
Varginha – IBGE 2014 – Plano Financeiro

Ativo Real	R\$86.566.793,81
Valor Atual dos Salários Futuros - (VASF)	R\$87.433.129,45
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente (Benefícios Concedidos) - (VACF)	R\$0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ativo, Aposentado e Pensionista (Benefícios Concedidos) - (VACF)	R\$1.540.268,26
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente (Benefícios a Conceder) - (VACF)	R\$7.868.981,65
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ativo, Aposentado e Pensionista (Benefícios a Conceder) - (VACF)	R\$14.050.102,15
Total das Contribuições Futuras dos Ativos, Aposentados, Pensionistas, do Ente (Benefícios Concedidos e a Conceder)	R\$23.459.352,06
Compensação Previdenciária	R\$62.783.842,92
Reserva Técnica (Aporte Inicial, Créditos Constituídos)	R\$ 0,00
Total de Créditos Constituídos	R\$ 86.243.194,98
Valor Atual dos Benefícios Futuros a Conceder - (VABF)	R\$435.191.472,41
Valor Atual dos Benefícios Futuros Concedidos - (VABF)	R\$190.257.042,24
Total dos Benefícios Futuros (Concedidos e a Conceder)	R\$625.448.514,66
Resultado Atuarial	(R\$452.638.525,87)
Despesas Administrativas	R\$14.257.632,88

Anexo VII

**DEMONSTRATIVO DAS PROJEÇÕES ATUARIAIS DO
REGIME DE PREVIDÊNCIA PRÓPRIA**

(Artigo 53, §1º, Inciso II da LRF)
ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL

Varginha - IBGE 2014 – Plano Financeiro

Exercício	Receitas	Despesas	Resultado
2017	4.458.727,33	12.752.926,55	78.272.594,59
2018	4.316.701,08	14.647.862,89	67.941.432,78
2019	4.175.298,29	16.357.709,53	55.759.021,54
2020	4.086.582,50	17.414.797,73	42.430.806,31
2021	3.988.273,39	18.504.562,54	27.914.517,16
2022	3.782.808,86	20.138.257,14	11.559.068,88
2023	3.613.102,69	21.647.825,19	-6.475.653,61
2024	3.445.438,73	22.977.205,84	-26.007.420,72
2025	3.276.229,18	24.160.218,03	-46.891.409,57
2026	3.138.626,72	25.125.185,36	-68.877.968,21
2027	3.046.338,00	25.774.343,73	-91.605.973,94
2028	2.961.239,71	26.182.021,10	-114.826.755,32
2029	2.911.298,14	26.369.012,12	-138.284.469,31
2030	2.877.972,31	26.328.048,11	-161.734.545,11
2031	2.853.000,39	26.154.128,83	-185.035.673,55
2032	2.834.600,68	26.031.912,36	-208.232.985,23
2033	2.817.779,17	25.784.951,47	-231.200.157,54
2034	2.740.582,43	25.054.856,44	-253.514.431,55
2035	2.656.199,85	24.351.198,25	-275.209.429,95
2036	2.559.781,49	23.509.834,23	-296.159.482,69
2037	2.452.256,73	22.480.062,32	-316.187.288,28
2038	2.327.671,84	21.191.480,74	-335.051.097,19
2039	2.203.490,66	19.802.730,16	-352.650.336,69
2040	2.058.078,12	18.474.064,73	-369.066.323,30
2041	1.903.194,84	17.106.505,72	-384.269.634,19
2042	1.709.505,08	15.154.684,33	-397.714.813,43
2043	1.517.972,32	13.472.035,48	-409.668.876,60
2044	1.296.975,65	11.559.108,62	-419.931.009,56
2045	1.083.951,29	9.717.157,51	-428.564.215,79
2046	856.363,77	7.669.401,30	-435.377.253,31
2047	693.892,32	6.155.872,94	-440.839.233,94
2048	566.844,82	4.998.872,62	-445.271.261,74
2049	411.487,73	3.580.297,86	-448.440.071,88
2050	276.813,67	2.340.391,16	-450.503.649,36
2051	177.271,30	1.399.656,39	-451.726.034,46
2052	92.227,78	616.499,19	-452.250.305,87
2053	32.916,11	210.992,71	-452.428.382,47
2054	18.690,79	123.496,36	-452.533.188,04
2055	12.437,48	59.687,03	-452.580.437,60
2056	5.457,97	16.478,41	-452.591.458,03
2057	1.614,88	16.478,41	-452.606.321,56
2058	1.614,88	16.478,41	-452.621.185,09
2059	1.614,88	16.478,41	-452.636.048,61

Exercício	Receitas	Despesas	Resultado
2060	269,15	2.746,40	-452.638.525,87
2061	0,00	0,00	-452.638.525,87
2062	0,00	0,00	-452.638.525,87
2063	0,00	0,00	-452.638.525,87
2064	0,00	0,00	-452.638.525,87
2065	0,00	0,00	-452.638.525,87
2066	0,00	0,00	-452.638.525,87
2067	0,00	0,00	-452.638.525,87
2068	0,00	0,00	-452.638.525,87
2069	0,00	0,00	-452.638.525,87
2070	0,00	0,00	-452.638.525,87
2071	0,00	0,00	-452.638.525,87
2072	0,00	0,00	-452.638.525,87
2073	0,00	0,00	-452.638.525,87
2074	0,00	0,00	-452.638.525,87
2075	0,00	0,00	-452.638.525,87
2076	0,00	0,00	-452.638.525,87
2077	0,00	0,00	-452.638.525,87
2078	0,00	0,00	-452.638.525,87
2079	0,00	0,00	-452.638.525,87
2080	0,00	0,00	-452.638.525,87
2081	0,00	0,00	-452.638.525,87
2082	0,00	0,00	-452.638.525,87
2083	0,00	0,00	-452.638.525,87
2084	0,00	0,00	-452.638.525,87
2085	0,00	0,00	-452.638.525,87
2086	0,00	0,00	-452.638.525,87
2087	0,00	0,00	-452.638.525,87
2088	0,00	0,00	-452.638.525,87
2089	0,00	0,00	-452.638.525,87
2090	0,00	0,00	-452.638.525,87
2091	0,00	0,00	-452.638.525,87

Anexo VIII

**DEMONSTRATIVO DAS PROJEÇÕES ATUARIAIS DO
REGIME DE PREVIDÊNCIA PRÓPRIA**

(Artigo 53, §1º, Inciso II, anexo XIII da LRF)

ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL

Varginha - IBGE 2014 – Plano Financeiro

Exercício	Repassse Contribuição Patronal	Receitas Previdenciárias	Despesas Previdenciárias	Resultado Previdenciário	Saldo Financeiro do Exercício
2017	1.368.784,64	3.089.942,69	12.752.926,55	-8.294.199,22	78.272.594,59
2018	1.209.621,94	3.107.079,14	14.647.862,89	-10.331.161,81	67.941.432,78
2019	1.062.656,52	3.112.641,77	16.357.709,53	-12.182.411,24	55.759.021,54
2020	971.409,18	3.115.173,33	17.414.797,73	-13.328.215,23	42.430.806,31
2021	877.048,28	3.111.225,10	18.504.562,54	-14.516.289,15	27.914.517,16
2022	705.651,62	3.077.157,23	20.138.257,14	-16.355.448,28	11.559.068,88
2023	557.891,37	3.055.211,33	21.647.825,19	-18.034.722,49	-6.475.653,61
2024	420.807,35	3.024.631,38	22.977.205,84	-19.531.767,11	-26.007.420,72
2025	289.538,10	2.986.691,08	24.160.218,03	-20.883.988,85	-46.891.409,57
2026	180.517,02	2.958.109,69	25.125.185,36	-21.986.558,64	-68.877.968,21
2027	108.881,20	2.937.456,80	25.774.343,73	-22.728.005,73	-91.605.973,94
2028	58.996,67	2.902.243,05	26.182.021,10	-23.220.781,38	-114.826.755,32
2029	24.262,71	2.887.035,42	26.369.012,12	-23.457.713,99	-138.284.469,31
2030	7.154,72	2.870.817,59	26.328.048,11	-23.450.075,80	-161.734.545,11
2031	3.638,74	2.849.361,65	26.154.128,83	-23.301.128,44	-185.035.673,55
2032	3.670,51	2.830.930,17	26.031.912,36	-23.197.311,68	-208.232.985,23
2033	3.702,28	2.814.076,89	25.784.951,47	-22.967.172,30	-231.200.157,54
2034	2.902,47	2.737.679,95	25.054.856,44	-22.314.274,01	-253.514.431,55
2035	1.758,04	2.654.441,81	24.351.198,25	-21.694.998,40	-275.209.429,95
2036	1.772,87	2.558.008,62	23.509.834,23	-20.950.052,74	-296.159.482,69
2037	1.787,70	2.450.469,03	22.480.062,32	-20.027.805,59	-316.187.288,28
2038	1.802,53	2.325.869,31	21.191.480,74	-18.863.808,90	-335.051.097,19
2039	1.817,36	2.201.673,30	19.802.730,16	-17.599.239,50	-352.650.336,69
2040	1.832,19	2.056.245,92	18.474.064,73	-16.415.986,61	-369.066.323,30
2041	1.075,63	1.902.119,21	17.106.505,72	-15.203.310,89	-384.269.634,19
2042	0,00	1.709.505,08	15.154.684,33	-13.445.179,25	-397.714.813,43
2043	0,00	1.517.972,32	13.472.035,48	-11.954.063,16	-409.668.876,60
2044	0,00	1.296.975,65	11.559.108,62	-10.262.132,97	-419.931.009,56
2045	0,00	1.083.951,29	9.717.157,51	-8.633.206,22	-428.564.215,79
2046	0,00	856.363,77	7.669.401,30	-6.813.037,53	-435.377.253,31
2047	0,00	693.892,32	6.155.872,94	-5.461.980,62	-440.839.233,94
2048	0,00	566.844,82	4.998.872,62	-4.432.027,80	-445.271.261,74
2049	0,00	411.487,73	3.580.297,86	-3.168.810,14	-448.440.071,88
2050	0,00	276.813,67	2.340.391,16	-2.063.577,49	-450.503.649,36
2051	0,00	177.271,30	1.399.656,39	-1.222.385,09	-451.726.034,46
2052	0,00	92.227,78	616.499,19	-524.271,42	-452.250.305,87
2053	0,00	32.916,11	210.992,71	-178.076,60	-452.428.382,47
2054	0,00	18.690,79	123.496,36	-104.805,57	-452.533.188,04
2055	0,00	12.437,48	59.687,03	-47.249,55	-452.580.437,60
2056	0,00	5.457,97	16.478,41	-11.020,44	-452.591.458,03
2057	0,00	1.614,88	16.478,41	-14.863,53	-452.606.321,56
2058	0,00	1.614,88	16.478,41	-14.863,53	-452.621.185,09
2059	0,00	1.614,88	16.478,41	-14.863,53	-452.636.048,61
2060	0,00	269,15	2.746,40	-2.477,25	-452.638.525,87
2061	0,00	0,00	0,00	0,00	-452.638.525,87

Exercício	Repasso Contribuição Patronal	Receitas Previdenciárias	Despesas Previdenciárias	Resultado Previdenciário	Saldo Financeiro do Exercício
2062	0,00	0,00	0,00	0,00	-452.638.525,87
2063	0,00	0,00	0,00	0,00	-452.638.525,87
2064	0,00	0,00	0,00	0,00	-452.638.525,87
2065	0,00	0,00	0,00	0,00	-452.638.525,87
2066	0,00	0,00	0,00	0,00	-452.638.525,87
2067	0,00	0,00	0,00	0,00	-452.638.525,87
2068	0,00	0,00	0,00	0,00	-452.638.525,87
2069	0,00	0,00	0,00	0,00	-452.638.525,87
2070	0,00	0,00	0,00	0,00	-452.638.525,87
2071	0,00	0,00	0,00	0,00	-452.638.525,87
2072	0,00	0,00	0,00	0,00	-452.638.525,87
2073	0,00	0,00	0,00	0,00	-452.638.525,87
2074	0,00	0,00	0,00	0,00	-452.638.525,87
2075	0,00	0,00	0,00	0,00	-452.638.525,87
2076	0,00	0,00	0,00	0,00	-452.638.525,87
2077	0,00	0,00	0,00	0,00	-452.638.525,87
2078	0,00	0,00	0,00	0,00	-452.638.525,87
2079	0,00	0,00	0,00	0,00	-452.638.525,87
2080	0,00	0,00	0,00	0,00	-452.638.525,87
2081	0,00	0,00	0,00	0,00	-452.638.525,87
2082	0,00	0,00	0,00	0,00	-452.638.525,87
2083	0,00	0,00	0,00	0,00	-452.638.525,87
2084	0,00	0,00	0,00	0,00	-452.638.525,87
2085	0,00	0,00	0,00	0,00	-452.638.525,87
2086	0,00	0,00	0,00	0,00	-452.638.525,87
2087	0,00	0,00	0,00	0,00	-452.638.525,87
2088	0,00	0,00	0,00	0,00	-452.638.525,87
2089	0,00	0,00	0,00	0,00	-452.638.525,87
2090	0,00	0,00	0,00	0,00	-452.638.525,87
2091	0,00	0,00	0,00	0,00	-452.638.525,87




DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE

Declaramos, para os devidos fins, que **André Sablewski Grau** é Bacharel em Ciências Atuariais, registrado no Ministério do Trabalho e Emprego sob o nº **2372**, e no IBA - Instituto Brasileiro de Atuária, na categoria de Sócio Membro **MIBA nº 2372** estando com suas contribuições regularizadas junto a este Instituto.

Esta declaração tem validade até a data de 28/02/2017.

Rio de Janeiro, 2 de setembro de 2016.



Instituto Brasileiro de Atuária

Jacqueline Santos de Souza
Instituto Brasileiro de Atuária
Assistente Adm. Financeira

27.907.104/0001-30
INSTITUTO BRASILEIRO
DE ATUÁRIA
RUA DA ASSEMBLÉIA, 10 SALA 1304 / 1305
CENTRO - CEP 20011-901
RIO DE JANEIRO - RJ

Instituto Brasileiro de Atuária
Rua da Assembléia, 10 - Sis. 1304/1305 - 20011-901 - Rio de Janeiro - RJ
Tel: 55 21 2531-0267 Fax: 55 21 2531-2865
e-mail: iba@atuarios.org.br